

Brasil pode atrair R\$ 7 bi com exclusão da Rússia de índices de ações de emergentes da MSCI

A empresa provedora de índices globais de ações MSCI anunciou na quarta-feira (2) que o mercado russo deixará de fazer parte dos índices de referência dedicados aos emergentes. A decisão pode resultar em um fluxo de aproximadamente R\$ 7 bilhões de recursos de estrangeiros para o Brasil, segundo projeção de analistas do Itaú BBA.

A Rússia passará a ser classificada como um mercado independente pela MSCI em 9 de março, como resposta aos ataques contra a Ucrânia.

Os analistas do Itaú BBA calculam que, considerando o fechamento de quarta dos mercados globais, a Rússia representava algo como 1,47% do índice de mercados emergentes. O Brasil tem um peso de aproximadamente 4,97% no índice.

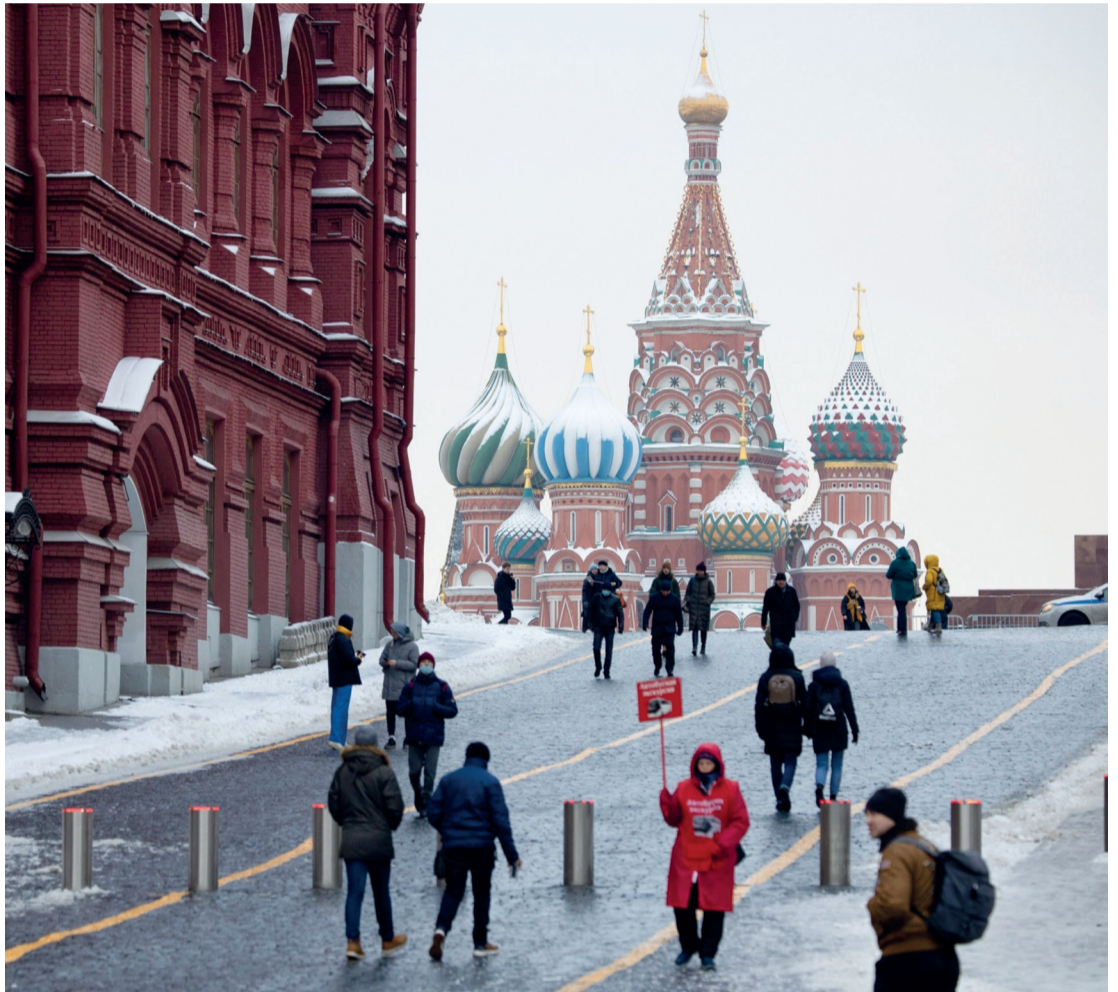
A exclusão do percentual dedicado à Rússia deverá resultar em um fluxo de saída

de recursos de cerca de US\$ 5,9 bilhões (R\$ 29,8 bilhões) do mercado russo, considerando os investimentos passivos que seguem a distribuição regional apontada pelos benchmarks da MSCI, projetam os analistas do banco.

Eles estimam ainda que, considerado o peso atual próximo de 9,33% da América Latina no índice de ações de mercados emergentes, a região pode receber fluxos positivos de capital da ordem de US\$ 2,12 bilhões (R\$ 10,7 bilhões), dos quais cerca de US\$ 1,34 bilhão (R\$ 6,7 bilhões) sendo direcionados potencialmente ao Brasil.

“Acreditamos que, no atual cenário geopolítico, a atenção dos investidores pode migrar para a região da América Latina, que não apenas oferece valuations baratos como tem sido negociada abaixo da média histórica já há algum tempo”, apontam os analistas do Itaú BBA.

Lucas Bombana/Folhapress



Economia



Bens de capital é setor com maior exposição direta à Rússia na Bolsa

Página - 03

Política

STF mantém fundo eleitoral em R\$ 5 bilhões e ratifica decisão do Congresso

Página - 04

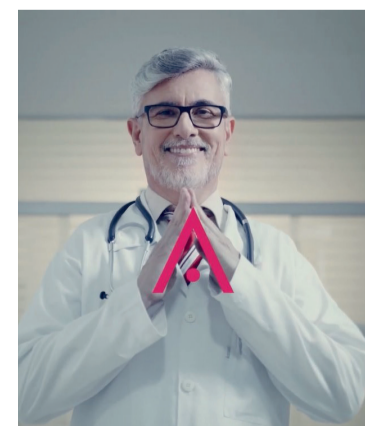
Total de famílias com contas atrasadas é o maior em 12 anos, diz CNC

Página - 03



Máquina de aquisições: healthtech Afya compra plataforma Além da Medicina

Página - 05



No Mundo

‘Queremos evitar guerra direta com a Rússia’, diz Casa Branca



Apesar de ter imposto sanções à Rússia pela invasão na Ucrânia, os Estados Unidos querem evitar ao máximo uma guerra direta com o país que é seu rival histórico e liderado por Vladimir Putin. Em coletiva nesta quinta-feira (3), a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, afirmou que o governo de Joe Biden deseja isolar a Rússia, desde que isso não vire um confronto militar entre as duas nações.

“Proibir voos vindos da Rússia quer dizer que aviões americanos derrubariam aviões russos. Isso é guerra direta e queremos evitar”, respondeu a um repórter que

especulava novas restrições de Biden à Rússia.

Segundo Psaki, o objetivo norte-americano é “maximizar os impactos contra Putin” e minimizar as consequências para os residentes dos Estados Unidos. “Não temos interesse em diminuir o fornecimento de energia, porque assim o preço subiria ao redor do mundo e aumentaria o dinheiro no bolso de Putin”, falou.

Perguntada mais uma vez se Biden estaria aberto a eventualmente se encontrar pessoalmente com o presidente russo para desescalar o conflito na Ucrânia, Psaki preferiu não dar certezas para o futuro: “Não é o momento para isso, mas talvez. Temos

discussões internas e não planejamos isso agora”.

Na quarta (2), a Casa Branca recuou em relação à proibição de exportações de petróleo da Rússia. A jornalista, a vice-secretária de imprensa Karine Jean-Pierre disse que não há interesse estratégico dos Estados Unidos.

“Nós e nossos aliados e parceiros temos um forte interesse coletivo em degradar o status da Rússia como um fornecedor líder de energia ao longo do tempo. É por isso que temos falado sobre diversificação. É por isso que fechamos o Nord Stream 2. É por isso que estamos ajudando a acelerar a diversificação do gás russo.”, falou. Folhapress

Rússia e Ucrânia vão abrir corredores humanitários para saída de civis



Após reunião de mais de três horas, negociadores ucranianos e russos concordaram com a criação de corredores humanitários para a saída de civis e a entrada de medicamentos e ajuda humanitária na Ucrânia. Em entrevista coletiva, o negociador ucraniano afirmou que haverá uma terceira rodada de negociações e que é possível que haja um cessar-fogo durante o período da evacuação.

Os negociadores russos confirmaram que estão de acordo com a saída da população civil. “Concordamos que vamos manter corredores humanitários, vamos manter possibilidade de cessar-fogo nesses corredores humanitários

Rússia e Ucrânia farão terceira rodada de negociações na próxima semana

Um terceiro encontro entre representantes da Rússia e da Ucrânia para discutir um cessar-fogo acontecerá na próxima semana, segundo a agência de notícias Belta, do governo ucraniano.

Nesta quinta (3), delegações dos dois países se encontraram pela segunda vez na Belarus, perto da fronteira com a Ucrânia, e concordaram em estabelecer os chamados corredores humanitários em regiões sob fogo de Moscou.

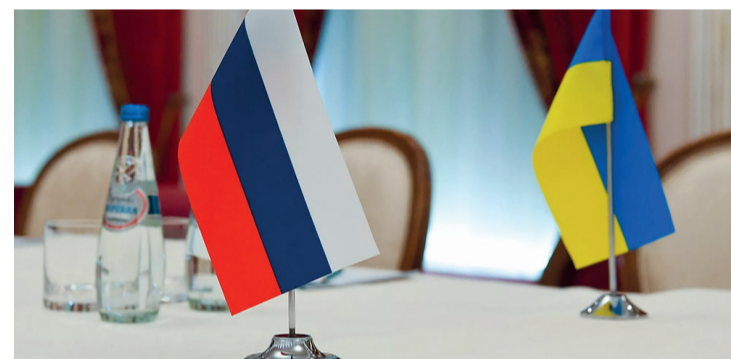
Havia uma expectativa vazada pela chancelaria russa de que um cessar-fogo pudesse ser negociado, mas o presidente ucraniano, Volodymyr

Zelenski, disse que as demandas russas de rendição eram inaceitáveis.

Ele afirmou nesta quinta que quer negociar diretamente com o presidente russo, Vladimir Putin. “Tenho que falar com Putin [...] porque essa é a única maneira de parar esta guerra”, disse Zelenski em entrevista coletiva, declarando-se “aberto” e “disposto a abordar todos os problemas” com Putin.

A primeira vez que representantes dos dois países se encontraram na Belarus para discutir a guerra foi na última segunda (28), sem qualquer avanço.

Folhapress



rios e pedimos à população para que usem os corredores e esperamos que tudo acabe logo”, afirmou um dos negociadores russos.

Um pouco antes, ainda durante a reunião, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelenski, afirmou que os russos não podem falar com os ucranianos como se fossem alguém de outra categoria. “Precisamos conversar como iguais. Precisamos sentar e conversar. Acho que ele [Vladimir Putin, presidente russo] está num mundo diferente. A pessoa ganha uma chance de se tornar grandiosa para seu país, mas não está aproveitando”, disse Zelenski.

O mandatário ucraniano disse ainda que quer salva-

guardar o país e seu povo e disse acreditar que, em uma conversa franca com Putin, poderiam chegar a um acordo, à paz.

Zelenski disse ainda que espera que a Ucrânia não desapareça. “Se a Ucrânia desaparecer, outros países podem desaparecer também, até chegar às portas de Berlim”. E rechaçou a narrativa russa de que os próprios ucranianos estão matando sua população. “Não somos nós que matamos o povo ucraniano. Não somos nós que matamos nossos civis, não somos nós que matamos nossas crianças”.

O presidente russo afirmou, por outro lado, que a Ucrânia e a Rússia são o mesmo povo.

ABR

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Bens de capital é setor com maior exposição direta à Rússia na Bolsa



Empresas do setor de bens de capital estão entre as principais empresas brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores com algum tipo de exposição comercial mais direta aos mercados da Rússia e da Ucrânia, que enfrentam um momento de forte turbulência decorrente da guerra entre os países.

A catarinense Weg, cujos papéis fazem parte do índice de ações Ibovespa, além de Randon e Iochpe-Maxion, estão entre as principais companhias de capital aberto do mercado local que desempenham atividades comerciais na região, segundo levantamento de analistas de ações do BTG Pactual.

“Lembramos que os impactos diretos [para o mercado brasileiro] são pequenos,

pois apenas as empresas de bens de capital têm exposição de vendas para a região hoje. No entanto, como de costume, a crescente instabilidade deve afetar os preços globais das commodities, trazendo impactos secundários para nossas teses de investimento”, dizem os analistas do banco, em relatório.

Os analistas da XP Investimentos, por sua vez, apontam três grandes impactos para as empresas de bens de capital no contexto do conflito entre Ucrânia e Rússia: implicações inflacionárias, refletindo o aumento dos preços das commodities e a desvalorização do real; efeito da desaceleração da economia europeia nas empresas mais expostas à região; e aversão ao risco por parte dos investidores.

Apesar da exposição, os analistas assinalam que o impacto tende a ser limitado —no caso da fabricante de motores Weg, que tem um escritório comercial na Rússia, por exemplo, os negócios na região representaram apenas 0,3% do lucro líquido de R\$ 3,6 bilhões registrado em 2021.

Analistas da XP enxergam nos papéis da Weg um caráter mais defensivo dentro do setor. No entendimento dos analistas, apesar da redução da demanda pelos motores da empresa frente a uma inflação global mais pressionada, a Weg tende a se beneficiar de uma eventual desvalorização do real, dado o forte perfil exportador do negócio, em especial para os Estados Unidos.

Lucas Bombana/Folhapress

Em mundo de ciber guerra e ameaças virtuais, muitos dispositivos online são perigo do 5G



Apesar de a rede móvel de quinta geração, o 5G, ter protocolos de segurança considerados o estado da arte por especialistas, o mundo ultraconectado prometido pela tecnologia traz perigos e requer cuidados com ciberataques.

O motivo é que, com um número muito maior de dispositivos acessando a internet, as potenciais portas de entrada para hackers (o que os técnicos da área chamam de “superfície de ataque”) se multiplicam.

Outra fonte de preocupação é que, apesar de o 5G ser mais seguro que gerações anteriores, parte das redes sendo construídas hoje não são as chamadas standalone, ou “puras”, feitas especifica-

Total de famílias com contas atrasadas é o maior em 12 anos, diz CNC

O percentual de famílias com dívidas e/ou contas em atraso apresentou, em fevereiro, o maior patamar desde março de 2010, segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem (3), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

“Alcançando 27% dos lares, o indicador de inadimplência apresentou, em fevereiro, aumento de 0,6 ponto percentual (pp) em relação a janeiro e de 2,5 pp na comparação com fevereiro de 2021. Já a parcela que declarou não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e, portanto, permanecerá inadimplente, ela também acirrou na passagem mensal, com aumento de 0,4 pp, a proporção chegou a 10,5%, mesmo percentual de fevereiro do ano passado”, disse a CNC.

Segundo a pesquisa, o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) atingiu 76,6% em fevereiro, retomando o nível apurado em dezembro de 2021. Há um ano, a proporção de endividados era de 66,7%, 9,9 pp abaixo do número atual.

Sobre o cenário, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, disse que a escalada dos juros, que encarece o crédito, dificulta a renegociação das dívidas. “O panorama mostra que, na margem, o custo do crédito mais elevado e o próprio endividamento entre as pessoas que vivem no mesmo domicílio dificultam a contratação de novas dívidas e o pagamento dos compromissos na data de seus vencimentos”, disse ele, em nota. ABR



mente para essa tecnologia. Elas precisam coexistir com 4G e 3G.

O problema é agravado pelo fato de que, agora, sistemas críticos que antes ficavam offline passam a depender da conectividade. Caso de redes de abastecimento de água e energia ou hospitais, por exemplo.

Ataques mirando infraestrutura crítica se tornaram tendência entre cibercriminosos e iniciativas do gênero têm sido exploradas pela Rússia em suas investidas contra a Ucrânia. Em 2015, deixaram parte da população do país sem luz após ataques hacker à malha energética.

A revolução prometida pelo 5G, além das maiores velocidades, é ter muito mais

coisas conectadas. A rede tem capacidade para aguentar um maior número de dispositivos online ao mesmo tempo. Essa é a base para a adoção de sistemas inteligentes para automatizar setores da indústria e até cidades.

Uma fábrica high-tech que adote novas técnicas de automação com inteligência artificial, por exemplo, dependeria de muitos sensores e câmeras para que os robôs monitorem o que está acontecendo.

As falhas de segurança nessas coisas conectadas são agravadas pelo fato de que boa parte desses dispositivos não pode ter seus sistemas atualizados para corrigir eventuais falhas de segurança.

Raphael Hernandes/Folhapress

Política

STF mantém fundão eleitoral em R\$ 5 bilhões e ratifica decisão do Congresso



O STF (Supremo Tribunal Federal) manteve nesta quinta-feira (3) o fundo eleitoral público de R\$ 4,96 bilhões aos partidos em 2022.

O julgamento começou no último dia 23 e foi encerrado na tarde desta quinta, com 9 votos a 2 a favor da manutenção do fundão. Só os ministro André Mendonça, relator do processo, e Ricardo Lewandowski votaram pela redução do valor.

Entre os nove ministros que aprovaram o valor atual do fundão, houve uma divisão de entendimentos, que não afeta a quantidade de recursos que irá para as legendas este ano.

Os ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes consideraram que não foi inconstitucional a elevação, pelo Congresso, do valor do fundo para R\$ 5,7 bilhões ao aprovarem a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Posteriormente, quando o Congresso votou a Lei Orçamentária Anual, os R\$ 5,7 bilhões para o fundo acabaram reduzidos para R\$ 5 bilhões. O Planalto havia sugerido que o montante do fundo fosse de R\$ 2,1 bilhões.

Já os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Cármen Lúcia entenderam

que o valor do Orçamento, de R\$ 5 bilhões, está de acordo com a Constituição, mas não os R\$ 5,7 bilhões da LDO.

Apesar dos votos pela constitucionalidade do fundo, a maioria dos ministros se manifestou nas sessões de forma crítica ao valor aprovado pelo Legislativo.

Rosa Weber, a primeira a votar nesta quinta, disse que “compartilhava o desconforto” de colegas com relação ao aumento dos valores do fundo pelos congressistas.

Já Toffoli afirmou que embora investimentos públicos estejam no “menor patamar da história”, têm aumentado os recursos para financiamento de campanhas.

José Marques/Folhapress

Bolsonaro e Boris conversam sobre Ucrânia; Planalto não comenta apoio a cessar-fogo

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, tiveram na tarde desta quinta-feira (3) uma conversa telefônica sobre a crise na Ucrânia.

O Planalto e o Itamaraty não divulgaram informações sobre a conversa. Os britânicos, por sua vez, informaram que os dois líderes “concordaram com a exigência de um cessar-fogo urgente na Ucrânia e disseram que a paz tem que prevalecer”.

“O primeiro-ministro disse que as ações do regime russo na Ucrânia são repugnantes. E acrescentou que civis inocentes estão sendo mortos, e cidades, destruídas, e que o mundo não pode permitir que a agressão do presi-

dente [russo, Vladimir] Putin tenha sucesso”, afirmou o governo do Reino Unido.

Ainda segundo os britânicos, Boris disse a Bolsonaro que o Brasil foi um “aliado vital na Segunda Guerra Mundial” e que a voz do país “foi novamente crucial nesse momento de crise”. O presidente brasileiro já se manifestou expressando “neutralidade” no conflito, mas o representante do país na ONU dirigiu críticas à guerra, votando a favor de uma resolução que pediu o fim da ocupação da Ucrânia por Moscou.

“Juntos, o Reino Unido e o Brasil precisavam pedir o fim da violência”, acrescentou Boris, segundo o escritório de imprensa do governo britânico.

Ricardo Della Coletta/Folhapress



Ministros acusam Guedes de ‘enrolar’ e cobram medidas para baixar combustível por guerra na Ucrânia



Ministros do governo do presidente Jair Bolsonaro aumentaram a pressão para que o comandante da economia, Paulo Guedes, acelere medidas que possam conter um aumento explosivo no preço dos combustíveis causado pela guerra da Rússia com a Ucrânia.

A coluna ouviu quatro integrantes da equipe de Bolsonaro.

De acordo com diferentes relatos, Guedes teria se comprometido, antes mesmo do conflito, a adotar medidas “drásticas” caso o preço do barril de petróleo chegasse a US\$ 100. A principal delas seria a criação de um fundo estabilizador de preços dos combustíveis.

Com a invasão da Ucrânia e o cerco econômico de

potências ocidentais a Putin, a barreira foi ultrapassada rapidamente, e o preço já chegou perto dos US\$ 120.

“E agora Paulo Guedes está enrolando”, afirmou um ministro à coluna. “Ele é contra o fundo e não deixa a coisa andar.” O comandante da economia teria feito a promessa de tomar medidas por jamais ter acreditado que o preço do petróleo subiria tanto. Mas chegou a guerra, atrapalhando seus planos.

“Estamos pressionando para que ele tome uma atitude”, afirma o mesmo integrante do governo, dizendo que vários outros colegas estão na mesma empreitada. E mais: eles teriam o apoio do próprio Bolsonaro, que estaria preocupado com a alta nos preços. “Sempre defendi Paulo Guedes, mas até eu

estou agora contra a atitude dele”, completa.

Um outro ministro afirma que problemas cíclicos exigem ações cíclicas -e, no caso, emergenciais. Mas Paulo Guedes estaria esperando a guerra acabar e os problemas se resolverem por conta própria.

A ideia defendida por eles, e que sempre sofreu resistência da equipe econômica, é a criação do fundo para equalizar preços. Alimentado com recursos que o governo recebe do próprio setor de exploração de petróleo e gás, ele subsidiaria os combustíveis em momentos de explosão de preços -como ocorre agora.

Uma proposta de emenda à Constituição que já tramita no Senado sugere que sejam usados recursos do Fundo Social.

Folhapress

Fusões & Aquisições

Máquina de aquisições: healthtech Afya compra plataforma Além da Medicina



A Afya concluiu sua 9ª aquisição no segmento de serviços digitais ao comprar a plataforma de educação em saúde Além da Medicina. O valor da operação foi de R\$ 16 milhões, com um pagamento adicional de R\$ 19,2 milhões atrelado a resultados em 2023 e 2024.

A plataforma Além da Medicina vai entrar no segmento de conteúdo e tecnologia para educação médica da Afya, junto com outras aquisições da empresa, como PEBMED, Medcel e Medical Harbour.

“Com essa aquisição, a Afya reforça seu ecossistema digital e investe em uma nova capacidade, de cursos em habilidades interpessoais, que apoiam médicos de várias

idades e em fases distintas da carreira”, explica o VP de Serviços Digitais da healthtech, Lélío Souza.

O Além da Medicina oferece cursos de comunicação, empreendedorismo e marketing para estudantes de medicina (Med Skill), acompanhamento e preparo para aprovação na prova de residência (Mentoria Residência), capacitação em inteligência financeira para médicos (Finanças Dominadas), entre outros. Atualmente, a plataforma conta com um total de 4 mil assinantes. Seus fundadores, os médicos Bernardo Precht, Victor Miranda e Maikel Ramthun, passam a assumir funções estratégicas na Afya a partir de agora.

A Afya entrou no segmen-

to de serviços digitais para médicos em julho de 2020, com a aquisição da PEBMED, plataforma de auxílio à tomada de decisões clínicas. Em novembro do mesmo ano foi a vez do Medphone, aplicativo para médicos que também dá suporte à decisão clínica e complementa o portfólio.

Em janeiro de 2021, foi concluída a terceira aquisição da Afya, a iClinic, startup líder em oferta de prontuário médico eletrônico e de ferramentas de gestão na nuvem para consultórios e clínicas. A Medicinae veio em seguida, com a compra efetuada em março. A fintech do segmento de saúde permite o controle do fluxo de caixa e dos recebíveis do consultório em uma única plataforma.

Suno

Alper faz M&A para crescer em seguro de cargas

A Alper – a corretora de seguros que opera o balcão da Caixa – acaba de comprar a Trade Vale, numa transação que aumenta sua presença no mercado de seguros de cargas.

A Alper está pagando R\$ 55,4 milhões pela corretora. A transação será paga 100% em dinheiro – uma parcela à vista e o restante ao longo dos próximos anos, dependendo de indicadores de performance.

A aquisição dobra a operação de seguros de carga da Alper, tornando a empresa a terceira maior desse segmento no Brasil, atrás apenas da Pamcary e Apisul.

Nos nove primeiros meses de 2021, a Alper faturou R\$ 11 milhões com a venda de seguros de transporte, o equivalente a cerca de 11% da receita total.

O CEO Marco Couto disse ao Brazil Journal que a Trade Vale é uma “corretora com uma forte tradição, uma carteira de clientes bastante diversificada, presença nacional e uma gestão de risco muito bem estruturada.”

O CEO da Trade Vale, Fernando Takezawa, vai continuar na Alper como diretor de produção.

No ano passado, a Trade Vale emitiu R\$ 65 milhões em prêmios.

A aquisição é a quinta da Alper desde o início do ano passado e faz parte da estratégia da empresa de consolidar o setor. Desde que foi fundada em 2010, foram 57 M&As.

Ao longo do último ano, a corretora comprou a operação de resseguros do C6 e ganhou a licitação para explorar a venda de seguros de saúde no balcão da Caixa.

Brazil Journal



TC compra participação na consultoria política Arko



O TC (Traders-Club) acaba de fechar a compra de participação na consultoria política Arko, num investimento de R\$ 23,7 milhões. São duas transações conjuntas, a aquisição de 20% da holding Arko Advice, num valuation de R\$ 92,25 milhões, e 15% da subsidiária Arko Digital, avaliada em R\$ 35 milhões.

“A família Aragão criou uma plataforma de inteligência política já muito conhecida e bem avaliada, para os públicos B2B e B2C, que vai ter muita sinergia com o TC”, diz Pedro Albuquerque, CEO do TC, ao Pipeline. “A gente tem uma afinidade muito grande. A Arko foi a primeira parceira do TC, lá no come-

ço, e retomamos conversas ao longo do segundo semestre do ano passado. Com a transação, a governança original será mantida.

O TC entra com tecnologia e uma base de clientes que pode consumir cursos sobre políticas públicas e regulação e análises políticas. Albuquerque destaca que é um ano eleitoral, o que gera questionamentos e interesse dos investidores sobre cenários políticos. Também entram análises globais – ontem à noite, a Arko fez uma apresentação a clientes do TC sobre o confronto da Rússia com a Ucrânia.

Murillo de Aragão é fundador e CEO da Arko, criada em 1982 e com escritórios no Rio, em São Paulo, Brasília e

Washington. Considerando o dado do último trimestre reportado e a dedução desse investimento, o TC tem R\$ 300 milhões no caixa.

A próxima fase do TC é transacional. A companhia tem tocado conversas com potenciais sócios para ter a própria corretora, numa joint venture em que terá controle com 50% mais uma ação. A expectativa é que isso envolva um aporte no caixa da empresa, pela venda de exclusividade de uso na plataforma de clientes, com propostas vinculantes ainda no primeiro semestre, disse uma fonte – o CEO não comenta o processo.

Desde o IPO em julho do ano passado, o TC vem fazendo aquisições.

Pipeline Valor

Publicidade Legal

Linha Universidade Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 35.310.646/0001-50 – NIRE 35.300.543.823

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2022
Data, Hora e Local: Aos 12 de janeiro de 2022, às 10h00, na sede da Linha Universidade Investimentos S.A., localizada na Rua Olimpíadas, nº 134, conjunto 72, sala 1, 7º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000 ("Companhia"). **Presenças:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Juan Antonio Santos Paz; e Secretário: Fernando Minguez Llorente. **Ordem do Dia:** (a) a criação de ações preferenciais e a determinação de suas características, vantagens e preferências; (b) o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de ações preferenciais; (c) a reformulação do artigo 5º, parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia para adequação de seu capital autorizado; (d) a alteração do Estatuto Social da Companhia para incluir previsão acerca das ações preferenciais e para refletir a alteração estatutária prevista no item "b" acima; e (e) a celebração de aditamento do Bônus de Subscrição – Título nº 01 emitido pela Companhia. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) a criação de ações preferenciais, as quais, quando emitidas, serão imputadas às seguintes vantagens e preferências e terão as seguintes características (as "Ações Preferenciais"): (i) as Ações Preferenciais serão nominativas e sem valor nominal; (ii) as Ações Preferenciais terão direito a 99,99% dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia. (iii) em caso de liquidação da Companhia, terão prioridade, em relação às ações ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso de capital na proporção da participação no capital social; e (iv) as Ações Preferenciais terão direito de voto. (b) o aumento do capital na Companhia, no valor de R\$ 6.922.500,00 (seis milhões, novecentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), mediante a emissão de 4 (quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.730.625,00 (um milhão, setecentos e trinta mil, seiscentos e vinte e cinco reais) por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A. A totalidade das ações preferenciais emitidas em decorrência do aumento do capital social ora aprovado, foi inscrita pela acionista Acciona Concesiones S.L., nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** a esta ata, com a expressa anuência da acionista Transdev LATAM (anteriormente denominada Transdev Brazil Investments), a qual, neste ato, renunciou ao seu direito de preferência, nos termos da Lei das S.A. As novas ações preferenciais ora emitidas farão jus às preferências e aos direitos previstos no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme alterado na forma prevista no item "c" abaixo e **Anexo II** a esta ata. Adicionalmente, em virtude do aumento de capital ora deliberado, a acionista Transdev LATAM subscreve e integraliza 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, mediante o exercício do Bônus de Subscrição nº 01 de que é titular, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, conforme estabelecido no referido título, também nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** a esta ata. Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$ 100,00 (cem reais) para R\$ 6.922.601,00 (seis milhões, novecentos e vinte e dois mil e seiscentos e um reais), dividido em 105 (cento e cinco) ações, sendo (a) 101 (cento e uma) ações ordinárias; e (b) 4 (quatro) ações preferenciais. (c) a reformulação do artigo 5º, parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia para adequação de seu capital autorizado, passando seu limite a considerar a emissão de até 100 (cem) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nesse sentido, como resultado das deliberações ora aprovadas, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º. O capital social é de R\$ 6.922.601,00 (seis milhões, novecentos e vinte e dois mil e seiscentos e um reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 105 (cento e cinco) ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (a) 101 (cento e uma) são ações ordinárias, e (b) 4 (quatro) são ações preferenciais.**", e **Parágrafo 1º. As ações ordinárias de emissão da Companhia dão aos seus titulares direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Parágrafo 2º. As ações preferenciais de emissão da Companhia (i) configurarão aos seus titulares direito a 99,99% dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia, (ii) em caso de liquidação da Companhia, terão prioridade, em relação às ações ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso de capital na proporção da participação no capital social; e (iii) darão aos seus titulares direito a 1 (um) voto. Parágrafo 3º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Parágrafo 4º. Exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, o capital social subscrito e não integralizado pelos acionistas deverá ser pago nos termos e condições estabelecidos nos respectivos boletins de subscrição. Parágrafo 5º. Exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, o acionista que não fizer o pagamento nas condições previstas no boletim de subscrição ou na chamada ficará de pleno direito constituído em mora, ficando obrigado ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação em aberto, corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou por outro índice que o venha a substituir em caso de sua extinção, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor total devido, bem como suspensão dos direitos políticos e do direito de receber dividendos enquanto permanecer em mora, conforme o disposto no artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo das demais consequências ou penalidades previstas na Lei das S.A. Parágrafo 6º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º acima, e exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, verificada a mora do acionista por período superior a 20 (vinte) dias, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adotar uma das seguintes medidas: (i) promover uma chamada especial de integralização de capital exclusivamente ao acionista inadimplente solicitando o pagamento do saldo total remanescente do capital subscrito no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento da referida notificação; e (ii) promover contra o referido acionista processo de execução para cobrar o valor por ele subscrito e não integralizado. Parágrafo 7º. Exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, se a Companhia não conseguir, por qualquer dos meios previstos nos itens do Parágrafo 5º acima, a integralização das ações, poderá declará-las caducas, caso em que: (a) o acionista remisso deixará de ser considerado acionista da Companhia em relação às ações não integralizadas; (b) a Companhia poderá apropriar-se de todas as entradas anteriormente realizadas pelo acionista remisso; e (c) a Companhia poderá integralizar tais ações com lucros ou reservas, exceto a legal, mantendo-as em tesouraria, na forma da lei. Se não tiver lucros e reservas suficientes, a Companhia terá o prazo de 1 (um) ano para alienar as ações caídas em comisso, findo o qual, não tendo sido encontrado comprador, a Assembleia Geral deliberará sobre a redução do capital em importância correspondente. Parágrafo 8º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, sem a necessidade de alteração do seu Estatuto Social, até o limite de 100 (cem) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, observadas as limitações previstas na Lei das S.A., mediante deliberação da Assembleia Geral, a qual fixará todas as condições da emissão." (d) a reformulação do Estatuto Social da Companhia, incluindo, mas não se limitando, para (i) prever os direitos e características das ações preferenciais ora criadas, na forma indicada no item "a" acima", e (ii) refletir o aumento do capital social da Companhia aprovado nos termos do item "b" acima, o qual passa a vigorar conforme redação do **Anexo II** a presente ata; (e) a celebração do 1º Aditamento ao Bônus de Subscrição – Título nº 01 emitido pela Companhia em favor da Transdev LATAM em 19 de maio de 2020, conforme aprovado pelas acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária datada de 19 de maio de 2020 (registrada na JUCESP sob o nº 165.937/20-8, em sessão de 21 de maio de 2020), a fim de refletir as alterações ao Estatuto Social da Companhia aprovadas pelas acionistas nesta data, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo III** a presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da**

palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Juan Antonio Santos Paz; Secretário: Fernando Minguez Llorente. **Acionistas:** Acciona Concesiones S.L.; Transdev LATAM. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 12 de janeiro de 2022. Assinaturas: Mesa: **Juan Antonio Santos Paz** – Presidente; **Fernando Minguez Llorente** – Secretário. **Estatuto Social – Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º. A Linha Universidade Investimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pela legislação aplicável. Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Rua Olimpíadas, nº 134, conjunto 72, sala 1, 7º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social exclusivo a participação como acionista na Linha Universidade Participações S.A. (CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22). Artigo 4º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado. Capítulo II – Do Capital: Artigo 5º. O capital social é de R\$ 6.922.601,00 (seis milhões, novecentos e vinte e dois mil e seiscentos e um reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 105 (cento e cinco) ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (a) 101 (cento e uma) são ações ordinárias, e (b) 4 (quatro) são ações preferenciais. Parágrafo 1º. As ações ordinárias de emissão da Companhia dão ao seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Parágrafo 2º. As ações preferenciais de emissão da Companhia (i) configurarão aos seus titulares direito a 99,99% dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia, (ii) em caso de liquidação da Companhia, terão prioridade, em relação às ações ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso de capital na proporção da participação no capital social; e (iii) darão aos seus titulares direito a 1 (um) voto. Parágrafo 3º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Parágrafo 4º. Exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, o capital social subscrito e não integralizado pelos acionistas deverá ser pago nos termos e condições estabelecidos nos respectivos boletins de subscrição. Parágrafo 5º. Exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, o acionista que não fizer o pagamento nas condições previstas no boletim de subscrição ou na chamada ficará de pleno direito constituído em mora, ficando obrigado ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação em aberto, corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou por outro índice que o venha a substituir em caso de sua extinção, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor total devido, bem como suspensão dos direitos políticos e do direito de receber dividendos enquanto permanecer em mora, conforme o disposto no artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo das demais consequências ou penalidades previstas na Lei das S.A. Parágrafo 6º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º acima, e exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, verificada a mora do acionista por período superior a 20 (vinte) dias, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adotar uma das seguintes medidas: (i) promover uma chamada especial de integralização de capital exclusivamente ao acionista inadimplente solicitando o pagamento do saldo total remanescente do capital subscrito no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento da referida notificação; e (ii) promover contra o referido acionista processo de execução para cobrar o valor por ele subscrito e não integralizado. Parágrafo 7º. Exceto se de outra forma previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, se a Companhia não conseguir, por qualquer dos meios previstos nos itens do Parágrafo 5º acima, a integralização das ações, poderá declará-las caducas, caso em que: (a) o acionista remisso deixará de ser considerado acionista da Companhia em relação às ações não integralizadas; (b) a Companhia poderá apropriar-se de todas as entradas anteriormente realizadas pelo acionista remisso; e (c) a Companhia poderá integralizar tais ações com lucros ou reservas, exceto a legal, mantendo-as em tesouraria, na forma da lei. Se não tiver lucros e reservas suficientes, a Companhia terá o prazo de 1 (um) ano para alienar as ações caídas em comisso, findo o qual, não tendo sido encontrado comprador, a Assembleia Geral deliberará sobre a redução do capital em importância correspondente. Parágrafo 8º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, sem a necessidade de alteração do seu Estatuto Social, até o limite de 100 (cem) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, observadas as limitações previstas na Lei das S.A., mediante deliberação da Assembleia Geral, a qual fixará todas as condições da emissão. Capítulo III – Da Assembleia Geral: Artigo 6º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social. Parágrafo 1º. As convocações das Assembleias Gerais da Companhia deverão ser publicadas nos termos da Lei das S.A., por meio de edital de convocação publicado com 8 (oito) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral e, caso não seja atendido o quórum de instalação em primeira convocação, uma segunda convocação deverá ser publicada ao menos 5 (cinco) dias antes da nova data de realização da Assembleia Geral. O edital de convocação deverá indicar a ordem do dia, o local, a data e a hora em que a Assembleia Geral será realizada, sendo que a Companhia deverá disponibilizar toda e qualquer documentação que possa servir de suporte para que os acionistas formulem seu voto. As formalidades de convocação serão dispensadas caso estejam presentes todos os acionistas da Companhia. Parágrafo 2º. Ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, a Assembleia Geral será considerada instalada em primeira convocação com a presença de acionistas representando no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante da Companhia, e em segunda convocação com qualquer número. Parágrafo 3º. A Assembleia Geral será instalada e presidida por acionista, representante de acionista ou um dos Diretores da Companhia, escolhido dentre os presentes pela maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral indicará um dos presentes para secretariá-lo. Parágrafo 4º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. Parágrafo 5º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A. Parágrafo 6º. As atas de Assembleia Geral deverão ser (i) lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções, e (ii) publicadas com omissão das assinaturas. Capítulo IV – Da Administração: Artigo 7º. A Companhia será administrada por uma Diretoria e por um Conselho de Administração. Capítulo V – Conselho de Administração: Artigo 8º. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, sendo um designado presidente, um Vice-Presidente e os demais denominados conselheiros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser acionistas ou não e residentes ou não no país. Parágrafo 1º. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração poderá eleger também membros suplentes. Parágrafo 2º. Os membros do Conselho de Administração eleitos pela Assembleia Geral deverão designar o presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, competindo ao presidente, além das atribuições próprias a seu cargo, (i) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral, e (ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. Parágrafo 3º. No caso de vacância do cargo decorrente de morte, invalidez, aposentadoria, renúncia, destituição ou de outra forma, deverá ser convocada Assembleia Geral para indicação de membro substituto para ocupar o cargo até o final do mandato do membro substituído. Parágrafo 4º. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão realizadas trimestralmente e, extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem, a qualquer momento, mediante solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração. Parágrafo 5º. As reuniões do Conselho de Administração serão precedidas de convocação do Presidente, por sua iniciativa, ou a pedido de qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias (ou prazo inferior em caso de concordância de todos os membros do Conselho de Administração), através de correspondência com aviso de recebimento ou e-mail especificando as matérias a serem deliberadas. Parágrafo 6º. As reuniões do**

Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração. As reuniões serão realizadas em dias úteis e em horário comercial, salvo em caso de comprovada urgência, através de conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio eletrônico, exceto se de outra forma acordado entre os membros do Conselho de Administração. As reuniões serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração ou por seu substituto. Independentemente das formalidades previstas neste parágrafo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. Parágrafo 7º. Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração o conselheiro que nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação e que conste da referida procuração instruções específicas com relação ao voto a ser proferido. Parágrafo 8º. As deliberações do Conselho de Administração em cada reunião serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros do Conselho de Administração. Parágrafo 9º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, as quais serão assinadas pelos conselheiros presentes. As assinaturas poderão ser realizadas de forma eletrônica, com ou sem a utilização de certificado digital emitido no padrão estabelecido pela ICP-Brasil, mas desde que garantidas por sistema de criptografia, serão consideradas válidas e terão os mesmos efeitos legais de assinaturas manuais, sendo consideradas como assinaturas originais, de acordo com o Artigo 10, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2000-2/2001 e legislação aplicável. Parágrafo 10º. O Conselho de Administração poderá constituir comitês para auxiliar nas suas atividades, incluindo, mas não se limitando, um comitê financeiro, um comitê de auditoria e risco e um comitê de indicação e remuneração, os quais serão permanentes. Os comitês serão compostos por membros do Conselho de Administração indicados por maioria de votos dos membros do Conselho de Administração e deverão refletir a composição do Conselho de Administração. As regras de governança e funcionamento de cada comitê (instalação, quórum, etc.) serão determinadas (e alteradas, conforme o caso) pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá ainda constituir um comitê de assessoria socioambiental. Capítulo VI – Da Diretoria: Artigo 9º. A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia e será composta por 2 (dois) diretores, podendo ser acionistas ou não e residentes no país, os quais deverão se reportar aos acionistas e assegurar o funcionamento regular da Companhia. Parágrafo 1º. Os diretores ficam dispensados de prestar caução e sua remuneração será anualmente fixada pela Assembleia Geral. Parágrafo 2º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei das S.A. Parágrafo 3º. Em caso de impedimento temporário ou ausência, o diretor temporariamente impedido ou ausente poderá nomear por escrito (por meio de carta ou e-mail) outro diretor para representá-lo, devendo votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do diretor por ele representado. Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer diretor durante o mandato para o qual foi eleito, seu substituto será nomeado pelos acionistas através de Assembleia Geral a ser realizada tão logo possível. Parágrafo 4º. A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo, observadas as disposições da Lei das S.A. e do presente Estatuto Social, observado o disposto no Artigo 10 abaixo e o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, (i) praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, (ii) exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito, (iii) emitir e endossar cheques, (iv) abrir, operar e encerrar contas bancárias, (v) contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. Parágrafo 5º. A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicium", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. Artigo 10. Exceto se de outra forma estabelecido em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, a celebração de quaisquer contratos, autorizações, pagamentos ou quaisquer outras ações gerenciais em nome da Companhia e na condução do seu objeto social das quais possam decorrer obrigações ou responsabilidades para a Companhia envolvendo montantes superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dependerá, para sua implementação e como condição de sua validade, de prévia e expressa autorização, por escrito, dos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, podendo tal autorização ser enviada pelos acionistas através de carta ou e-mail. Artigo 11. Compete à Diretoria supervisionar o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. Capítulo VII – Conselho Fiscal: Artigo 12. O Conselho Fiscal da Companhia não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação dos acionistas na forma da lei. Se instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. Capítulo VIII – Do Exercício Social e da Distribuição dos Lucros: Artigo 13. O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. Artigo 14. Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei das S.A. Artigo 15. Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. Artigo 16. A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. Capítulo IX – Acordos de Acionistas: Artigo 17. Deverão ser observadas pelos acionistas, pelos administradores e pela Companhia, as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, devendo a Diretoria abster-se de praticar quaisquer atos e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos termos de tais acordos de acionistas, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A. Capítulo X – Da Liquidação da Companhia: Artigo 18. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. Capítulo XI – Do Juízo Arbitral: Artigo 19. A Companhia, seus acionistas e Diretores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou decorrente, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei das S.A., neste Estatuto Social, em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme o caso. Parágrafo Único. As disputas ou controvérsias serão solucionadas por meio de arbitragem e será dirimido de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, observados os termos e disposições a respeito dos procedimentos de arbitragem constantes dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. Capítulo XII – Disposições Gerais: Artigo 20. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. Assinaturas: Mesa: **Juan Antonio Santos Paz** – Presidente; **Fernando Minguez Llorente** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 111.908/22-0 em 25/02/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5168
 Dólar (EUA) - 5,0479
 Franco (Suíça) - 5,4863
 Iene (Japão) - 0,04366

Libra (Inglaterra) - 6,7349
 Peso (Argentina) - 0,04673
 Peso (Chile) - 0,00631
 Peso (México) - 0,2438

Peso (Uruguai) - 0,1182
 Yuan (China) - 0,7988
 Rublo (Rússia) - 0,04858
 Euro - 5,584

Sociedade Anônima Muvbank S.A.**Ata de Assembleia Geral Constituição**

Aos 25 dias do mês de setembro de 2021, às 10:00 horas, na Rua Rua Doutor Luiz Migliano nº 1986, Sala 2512, 25º Andar – Bonnaire Office – Jardim Caboré, São Paulo-SP – CEP. 05711-001, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores da sociedade representando a totalidade dos subscritores do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. **Acionistas:** **Vera Oliveira Cardoso**, brasileira, divorciada, nascida em 09/05/1958, empresária, portadora do R.G. nº 9169768, expedido em 16/05/2017 e do C.P.F. nº 915.705.308-15, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Marechal Hastinfilo de Moura, 338, Apto 17, Vila Suzana, CEP 05641-900; **Sell Imports Ltda**, constituída por instrumento particular devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35225084871 em sessão de 28 de janeiro de 2011, com sede na Rua Doutor Luiz Migliano, nº 1986, Conjunto 2509, Jardim Caboré – Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Cep: 05711-001, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 13.230.830/0001-57, neste ato representada pela sua sócia **Vera Oliveira Cardoso**, acima qualificada. Conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência por aclamação dos presentes a Sra. Vera Oliveira Cardoso, que convidou a mim, Gabriela Moraes Chagas, para secretariar a Assembleia, o que aceitei. **Ordem do Dia:** 01- Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; 02- Subscrição e forma de integralização das ações; 03- Eleição da sua diretoria e respectiva remuneração; 04- Eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o projeto do estatuto social, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em anexo devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível. **Deliberação:** Após a leitura do estatuto que foi aprovado por unanimidade, foi declarada definitivamente constituída a **Muvbank S.A.**, na Rua Rua Doutor Luiz Migliano nº 1986, Sala 2512, 25º Andar – Bonnaire Office – Jardim Caboré, São Paulo-SP – CEP. 05711-001, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. **Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** O capital será de 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente subscrito e será integralizado em moeda corrente nacional, sendo que, 10% (dez por cento) do capital deverá ser integralizado pelos acionistas fundadores e depositado em instituição financeira nacional até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e os restantes 90% (noventa por cento) no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após o registro dos estatutos na mesma Junta Comercial. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição em anexo I e reproduzido a seguir. Restou, estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: A acionista **Vera Oliveira Cardoso**, já qualificada, subscreve 99.000 (noventa e nove mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), equivalentes a 99% (noventa e nove por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; A acionista **Sell Imports Ltda**, já qualificada, subscreve 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 1.000,00 (mil reais), equivalentes a 1% (um por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Eleição da Diretoria e Remuneração:** Por unanimidade foram eleitos, para o período de 03 anos, para compor a primeira diretoria da companhia: **Vera Oliveira Cardoso**, já qualificada, como Diretora Presidente, **Daniel Gomes Esteves**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/11/1987, empresário, portador do R.G. nº 43749596, expedido em 25/06/2018 e do C.P.F. nº 367.837.688-64, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Marechal Hastinfilo de Moura, 338, Apto 17, Vila Suzana, CEP 05641-900, como Diretor Fiscal, os quais aceitaram os cargos. **Conselho Fiscal:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem. **Declaração de Desimpedimento da Diretoria:** Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termo de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal:** Os diretores e membros do conselho fiscal ora eleitos são empossados neste ato e declaram, para os fins de direito, estarem de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declaram ainda, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi por todos os presentes assinadas e rubricadas as 03 (três) vias. São Paulo-SP, 25 de setembro de 2021. Foi autorizada a publicação desta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **Estatuto Social da Muvbank S.A. 1. Denominação Social:** 1.1. **Estatuto Social da Muvbank S.A.**, é uma sociedade anônima regida. 1.2. pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). 2. **Objeto Social:** 2.1 **A Companhia tem por objeto social prestar serviços de:** Securitização de créditos, Serviços de soluções de pagamentos desenvolvimento administração gestão de programas de cartões bem como estabelecimento de relações contratuais com os portadores de cartão desenvolvimento administração gestão de programas de cartões pré pagos e ou pré carregáveis ou recarregáveis em moeda corrente nacional e em estrangeira bem como estabelecimento de relações contratuais com os portadores dos cartões desenvolvimento administração de pagamento com meios eletrônicos oferta de crédito aceitação de depósitos ou créditos desses portadores administração de recebíveis provenientes das transações realizadas pelos portadores de cartão participação de intercâmbio doméstico internacional de transações realizadas com os cartões emitidos pela administradora participação de serviço de autorização das transações realizadas pelos portadores gestão de pagamentos recebimentos por conta ordem de terceiros participação em outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista comércio varejista de máquinas de cartão de crédito débito aluguel de máquinas de

cartão de crédito débitos. 3. **Duração, Sede e Foro:** 3.1 O prazo de duração da Companhia é indeterminado e sua sede e foro são na Rua Doutor Luiz Migliano nº 1986, Sala 2512, 25º Andar – Bonnaire Office – Jardim Caboré, São Paulo-SP – CEP. 05711-001, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo ser abertos e encerrados escritórios em qualquer parte do território nacional. 4. **Capital Social:** 4.1 O Capital Social da Companhia será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) dividido em 100.000 (Cem Mil) ações com valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma sendo 100.000 (Cem Mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto sendo integralizados no presente ato em moeda corrente nacional. **Parágrafo Primeiro:** As ações da Companhia são registradas em livro próprio podendo ser mantida em contas de depósito em nome de seus titulares em instituição habilitada a prestar tais serviços, sem a emissão de certificados, mediante decisão da Diretoria. **Parágrafo Segundo:** O Conselho de Administração poderá deliberar dentro do limite do capital autorizado e da quantidade de ações preferenciais quanto a definição de classes distintas entre estas, sem a exigência de guardar-se proporção entre as demais. **Parágrafo Terceiro:** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Parágrafo Quarto:** Novas ações de emissão da Companhia poderão adquirir a forma escritural sendo mantidas em conta depósito aberta em nome de cada acionista em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo Quinto:** O capital social somente poderá ser modificado com observância deste estatuto social. 5. **Da Assembleia Geral:** 5.1 A Assembleia Geral e o órgão superior da Companhia com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. 5.2 A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria cabendo ao seu Diretor Presidente lavrar o respectivo ato poderá ainda ser convocada na forma prevista no Parágrafo Único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. 5.3 Todas as convocações deverão indicar local data hora bem como a ordem do dia explicitando ainda no caso de reforma estatutária a matéria objeto. 5.4 A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro da Companhia que procederá à eleição da mesa Diretora composta de presidente e um secretário os escolhidos dentre os acionistas presentes. Na ausência o impedimento do Diretor Administrativo do Diretor Financeiro, a Assembleia poder ser instalada por qualquer Acionista presente ao ato ou por procurador devidamente investido de poderes específicos para esse fim. **Parágrafo único:** A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do 5º do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue nas e de social da Companhia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia. 5.5 Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Parágrafo Primeiro:** A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos inclusive dissidências e protestos; **Parágrafo Segundo:** Salvo deliberações em contrário da Assembleia as atas serão publicadas e arquivadas no registro do comércio conforme disposto no Art. 134 § 5º da Lei 6.404/76 com emissão das assinaturas dos acionistas. 5.6 Anualmente nos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, para: I – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e, II – Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. 5.7 A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem. 5.8 Cabe a Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual para cada membro ou verba global, cabendo então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. 6. **Da Administração da Companhia: Seção I: Normas Gerais:** 6.1 A Administração da Companhia será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente estando os seus membros dispensados de prestar caução para exercer suas funções. **Parágrafo único:** A Diretoria e o órgão executivo de administração da Companhia atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária. 6.2 Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. 6.3 A Diretoria será composta de 2 (dois) membros sendo um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro, cargos esses exercidos respectivamente pelo Vice-Presidente e Presidente da Companhia, devidamente nomeados. **Parágrafo Primeiro:** No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Administrativo e do Diretor Financeiro, a Presidência será exercida por um novo Diretor designado pelos ausentes ou temporariamente impedidos que estiverem; **Parágrafo Segundo:** No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos demais membros da Diretoria o cargo será acumulado pelo Diretor remanescente. **Parágrafo Terceiro:** Em caso de vacância no cargo de Diretor será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária no prazo máximo de 30 (trinta) dias para eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato do substituto. 6.4 Os membros da Diretoria, serão eleitos pela Assembleia Geral e terão mandato de 3 (três) anos. 6.5 Em suas ausências e impedimentos temporários, Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro poderão ser substituídos por outro acionista designado pela Diretoria em Assembleia. 6.6 **Compete à Diretoria:** I- Administrar a Companhia a tomar as providências adequadas a fiel execução das deliberações da Assembleia Geral mediante orientação para expedição de normas e instruções gerais e específicas; II – Representar a Companhia nas repartições públicas; III – Representar administrativa e judicialmente os interesses da Companhia; IV – Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas; V – Exercer funções definidas em Lei. 6.7 A Companhia será representada ativa e passivamente em quaisquer atos de alienação e/ou transferência de bens ativos ainda que objeto da atividade Companhia, atos que criem obrigações de quaisquer naturezas, ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia por 1 (um) Diretor, sendo necessariamente o Presidente e/ou Vice-Presidente respondendo isoladamente e/ou em conjunto pela Companhia. **Parágrafo Primeiro:** É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais tais como aval ou fiança endosso ou quaisquer outros tipos de garantias ou ônus que possam comprometer a sociedade bem com a venda, cessão, alienação e constituição de garantia sobre imóveis pertencentes à sociedade salvo em qualquer caso quando houver aprovação mediante assinatura dos acionistas que representem no mínimo 80% (oitenta por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo:** As procurações outorgadas pela Companhia observarão o seguinte: I – Terão prazo de 1 ano, salvo as *ad judicium*; II – Serão outorgadas pelo Presidente e/ou Vice-Presidente, isoladamente ou em conjunto. III – Não poderão ser substabelecidas, salvo, quando as *ad judicium*, para os membros de um mesmo escritório, e; IV – Terão definidos, no respectivo instrumento, os poderes e prazos de duração. **Parágrafo Terceiro:** Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual para cada membro ou verba global cabendo então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. **Parágrafo Quarto:** E vedava (i) a contratação de empréstimos bancário de quaisquer naturezas com garantia de contrato nota promissória ou mesmo conta garantia com garantia de recebíveis (duplicatas, cheques, etc.) bem como cheque especial leasing CDC e qualquer outro tipo de financiamento somente sendo permitido com assinatura dos acionistas que constituem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social (ii) e vedada a contratação de serviços de terceiros pelos administradores tornando inválido o contrato que não contiver a assinatura dos acionistas que constituem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social (iii) e vedada a celebração de contrato de mútuo com terceiros quem não sejam acionistas (iv) é vedada a alienação ou oneração de bens moveis ou imóveis que integram o ativo imobilizado da sociedade bem como

alienação de quaisquer bens recebíveis (duplicatas ou notas promissórias ou cheques) que integram o ativo circulante somente sendo permitido com assinatura dos acionistas que constituem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. **Parágrafo Quinto:** Serão considerados nulos de pleno direito e de responsabilidade exclusiva pessoal dos acionistas recalcitrantes, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula. 6.8 É necessária a aprovação de acionistas que representem no mínimo metade do capital social com direito a voto para: I – As matérias listadas no art. 136 da Lei nº 6404/76; II – Alterações deste Estatuto Social; III – Emissão de bônus de subscrição a adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações; IV – Emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; V – Distribuição de dividendos em cada exercício em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei; VII – Atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da companhia; VIII – Aumento de capital por subscrição bem como a redução do capital social restituição aos acionistas. 6.9 Compete exclusivamente ao Presidente e Vice-Presidente: I – Representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados as atividades desenvolvidas no mercado de capitais; II – Representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas e III – Manter atualizados os registros necessários à Companhia. **Parágrafo Primeiro:** Compete ao Diretor Fiscal isoladamente (a) a representação ativa e passiva da Companhia em juízo ou fora dele especialmente para receber notificação ou citação judicial; (b) instalar e presidir as reuniões de Diretoria; (c) executar as operações e atividades da Companhia (d) implementação dos planos e orçamentos; (e) representar a companhia perante terceiros; (f) assinar carta de anuência; (g) outorgar procuração com poderes específicos; (h) analisar e propor à Diretoria políticas métodos e sistemas de atuação operacional; (i) acompanhar a atividade social sob o prisma negocial supervisionar a movimentação econômico-financeira da Companhia; e (j) realizar instrução bancária. **Parágrafo Segundo:** Compete ainda ao Diretor Administrativo e na ausência dele ao Diretor Financeiro (a) supervisionar a movimentação econômico-financeira da Companhia; (b) supervisionar a execução das operações e atividades da Companhia; (c) acompanhar atividade social da Companhia gerindo seus recursos humanos e de pessoal. 7. **Conselho Fiscal:** 7.1. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes o qual funcionará em caráter não permanente. **Parágrafo Primeiro:** Os membros do Conselho Fiscal pessoas naturais residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realiza após a eleição. **Parágrafo Segundo:** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus a remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **Parágrafo Terceiro:** O Conselho Fiscal quando instalado terá as atribuições previstas em lei sendo indelegáveis as funções de seus membros. 8. **Exercício Social, Balanço Patrimonial e Destinação de Lucros:** 8.1 Circular BCB nº 3.402, de 28 de agosto de 2008. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano e preparada a demonstração de resultados do exercício. 8.2 O lucro líquido apurado poderá, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios, na proporção de sua participação no capital social ou em qualquer outra proporção definida de comum acordo pelos sócios, ou retido para posterior deliberação. **Parágrafo Único:** A sociedade poderá levantar balanços extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros, que terá a destinação determinada pelos sócios. 9. **Ouvidoria:** 9.1 A Ouvidoria terá a atribuição de assegurar a observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços. **Parágrafo Primeiro:** A ouvidoria terá as seguintes atribuições: a) Receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços que não foram solucionados pelo atendimento habitual realizado por suas dependências e quaisquer outros pontos de atendimento; b) Prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; c) Informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não deverá ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; d) Encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea "c"; e) Propor à diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; f) Elaborar e encaminhar à diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as g) proposições que trata a alínea "e". **Parágrafo Segundo:** O Ouvidor terá mandato por prazo indeterminado e será designado e destituído pela Diretoria, mediante as seguintes condições: a) Preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. b) A designação de integrantes da Ouvidoria fica condicionada à comprovação de aptidão no exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica. c) A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, a qualquer tempo, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas na Cláusula Quarta – Parágrafo Primeiro. d) No caso de afastamento definitivo do Ouvidor por motivo de demissão, destituição ou substituição, a Diretoria, deverá indicar um substituto interino, imediatamente, devendo permanecer na função até que se indique um novo Ouvidor. **Parágrafo Terceiro:** A Sociedade se compromete a: I- Criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; II- Assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a III- elaboração da resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. 10. **Política de Compliance:** 10.1. A política de Compliance, tem como objetivo assegurar que os Colaboradores (Próprios e Terceiros) a observem os requisitos da Lei Brasileira Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846 sancionada em 1º de agosto de 2013) e Resolução 4595/2017, que dispõem sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas e físicas pela prática de atos contra a administração e para que sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, especialmente para que todos estejam engajados no objetivo de mitigar situações de risco a empresa, seus administradores, diretores, enfim aqueles que exercem a administração (direta ou indireta) desta. Assim sendo, é importante que todos sigam as diretrizes da Empresa e que cooperem com o Departamento de Compliance para garantir o cumprimento desta política. 11. **Da Liquidação da Companhia:** 11.1 A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral que estabeleceu a forma da liquidação e elegerá o liquidante. 12. **Das Disposições Gerais:** 12.1 A sociedade poderá mudar de tipo societário por deliberação de acionistas que representem pelo menos 80% (oitenta por cento) das ações. 12.2 Os casos omissos neste Estatuto reger-se-ão nos termos da lei. Nada mais havendo a tratar a Sra. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura de presente ata que depois de lida e achada conforme foi aprovada e assinada pelos presentes. (Ass) Vera Oliveira Cardoso, Daniel Gomes Esteves e Luis Felipe Sampaio Cardoso. São Paulo, 04 de fevereiro de 2022. (Presidente/Diretora Fiscal) Sr. Vera Oliveira Cardoso; (Diretor Superint. Administrativo e Vice-Presidente) Daniel Gomes Esteves; (Diretor) Luis Felipe Sampaio Cardoso; (Secretária) Gabriela Moraes Chagas; (Advogada) Dra. Geórgia de Carvalho Furtado Freitas. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.583.841 em 28/12/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br



Publicidade Legal

AA Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 09.285.493/0001-28

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações Contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Ativo	Notas	31/12/2021		31/12/2020		Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2021		31/12/2020	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	13	36			Contas a pagar	7	392	381		
Títulos de renda fixa	4	2.345	147			Obrigações tributárias	-	9	1		
Impostos a compensar	-	67	67			Total do passivo circulante		401	382		
Total do ativo circulante		2.425	250			Patrimônio líquido					
Não circulante						Capital social	8	154.750	154.750		
Outros ativos	5	12.493	12.493			Reserva legal	-	27.179	24.673		
Investimentos	6	448.881	412.797			Reserva de lucros	-	288.056	252.989		
Imobilizado líquido	-	6.587	7.254			Total do patrimônio líquido		469.985	432.412		
Total do ativo não circulante		467.961	432.544			Total do passivo e do					
Total do ativo		470.386	432.794			patrimônio líquido		470.386	432.794		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Capital social		Reserva legal		Reserva de lucros		Total do patrimônio líquido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	154.750	22.030	214.770	391.550				
Dividendos distribuídos	-	-	(12.000)	(12.000)				
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	8	8				
Lucro do exercício	-	-	52.854	52.854				
Reserva legal	-	2.643	(2.643)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	154.750	24.673	252.989	432.412				
Dividendos distribuídos	-	-	(12.553)	(12.553)				
Lucro do exercício	-	-	50.126	50.126				
Reserva legal	-	2.506	(2.506)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	154.750	27.179	288.055	469.985				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional – A AA Empreendimentos e Participações S/A (“AA” ou “Companhia”) atualmente tem o propósito de promover a compra e venda de imóveis, locação, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de imóveis destinados à venda, entre outros. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos nº 960, 19º andar, Cj 1.900, Cerqueira César, São Paulo, SP. A Administração aprovou a emissão dessas demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2022. **1.1. Pandemia COVID-19:** Desde o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o mundo passa por um surto da doença denominada COVID 19 (corona vírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) afetando significativamente a continuidade de diversas empresas de diferentes setores. A AA Empreendimentos e Participações S/A atendeu as normas de segurança impostas pelos órgãos governamentais e de saúde adotando todas as medidas e estratégias necessárias para mitigar os impactos financeiros no empreendimento e com os seus clientes. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do corona vírus nos mercados mundiais e em especial no mercado brasileiro. Um eventual efeito e impacto adicional do COVID-19 nos resultados da Companhia dependerão do seu desenvolvimento futuro. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária e as orientações e interpretações técnicas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) moeda de apresentação que também é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis – 2.2.1. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado de empreendimentos e de instrumentos financeiros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”. A abertura destas aplicações por tipo está apresentada na Nota Explicativa nº 3. **2.2.3. Investimentos:** Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. **2.2.4. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores a pagar a funcionários decorrentes de benefícios, provisões de férias já incorridas, os encargos incidentes sobre estas provisões e tributos retidos de prestadores de serviços entre outros. **2.2.5. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.2.6. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro

e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. **2.2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **2.2.8. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Companhia é optante pelo lucro presumido, sendo assim suas alíquotas vigentes de tributação do imposto de renda e da contribuição social são respectivamente de 15% (acrescida de adicional de 10%, quando aplicável) e de 9% após aplicada a alíquota de presunção relativa à sua atividade. As bases de cálculo são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	8	7
Bancos	5	29
	13	36

Foram classificados como caixa e equivalentes de caixa títulos com obrigações de recompra emitidas pelas instituições financeiras, contas bancárias com liquidez imediata em função de sua alta liquidez prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e por estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Títulos de renda fixa

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	2.345	147

5. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Cepac – PMSP	12.493	12.493

6. Investimentos – Estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Yerant S/A – Empreendimentos Imobiliários	109.093	104.713
Comercial e Empreendimentos Brasil S/A	204.415	179.694
Companhia Iniciadora Predial	13.900	15.465

6.2. Detalhes dos investimentos: A seguir apresentamos os detalhes dos principais investimentos da Companhia:

	% – Participação	31/12/2021		
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Yerant S/A – Empreendimentos Imobiliários	78,06%	143.898	4.135	139.763
Comercial e Empreendimentos Brasil S/A	95,74%	218.381	4.879	213.502
Companhia Iniciadora Predial	99,68%	14.572	627	13.945
AVSK – Empreendimentos e Part. Ltda	99,99%	8.378	-	11.783
Limeiratec Tecnologia S/A	44,00%	6.175	67	6.107
AK 26 – Empreendimentos e Participações	97,00%	8.662	7.352	1.311

7. Contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	341	341
Outros	51	40
	392	381

8. Patrimônio líquido – 8.1. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 154.750 representado por 154.750.000 ações com valor nominal de R\$ 1 (um Real) cada uma, sendo 80.130.000 ações ordinárias e 74.620.000 ações preferenciais.

9. Variação de investimentos em coligadas/controladas

	31/12/2021	31/12/2020
Equivalência patrimonial positiva	55.392	53.583
(-) Equivalência patrimonial negativa	(4.007)	(5)
	51.385	53.578

10. Instrumentos financeiros – A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas

Demonstrações do Resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	-	(1.135)	(439)
Variação de Investimentos em Coligadas/Controladas	9	51.385	53.578
Outras receitas e despesas	-	(30)	(341)
		50.220	52.798
Resultado antes do resultado financeiro		50.220	52.798
Receitas financeiras	-	149	57
Despesas financeiras	-	(2)	-
Resultado financeiro líquido (=) Resultado antes das provisões tributárias		50.367	52.855
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	(241)	(2)
(=) Lucro do exercício		50.126	52.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	50.126	52.853
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	50.126	52.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	50.126	52.853
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(51.385)	(53.578)
Depreciação	446	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	8
Ajustes das disponibilidades geradas	(813)	(717)
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Impostos a compensar	-	(7)
Outros ativos	-	2.152
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Contas a pagar	11	(76)
Obrigações tributárias	8	1
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	19	2.070
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais	(794)	1.353
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	15.301	10.893
Imobilizado	221	(128)
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de investimentos	15.522	10.765
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Lucros distribuídos	(12.553)	(12.000)
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de financiamento	(12.553)	(12.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.175	118
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	183	65
No final do exercício	2.358	183
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.175	118

	31/12/2021	31/12/2020
AVSK – Empreendimentos e Participações	11.782	10.877
Limeiratec Tecnologia S/A	1.182	2.688
AK 26 – Empreendimentos e Participações	1.271	-
Outros	107.238	99.360
	448.881	412.797

6.1. Movimentação dos investimentos

	31/12/2021
Saldo inicial	412.797
Equivalência patrimonial positiva	55.392
(-) Equivalência patrimonial negativa	(4.007)
(+/-) Outras movimentações de investimentos	(15.301)
Saldo final	448.881

atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas e as vigentes no mercado. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Taxas têm nova alta com preocupação sobre efeitos de commodities na inflação

Os juros futuros tiveram nova rodada de avanço, com destaque para os vértices curtos e intermediários que fecharam em alta pela quarta sessão consecutiva. O pano de fundo para a pressão na curva seguiu o mesmo: a valorização das commodities e seus impactos na inflação na medida em que a guerra entre Rússia e Ucrânia se estende. O petróleo teve um dia volátil, mas acabou terminando em baixa, o que contribuiu para afastar as taxas das máximas à tarde, mas em compensação matérias-primas metálicas e parte das agrícolas avançaram

O saldo do dia foi o aumento nas apostas de um Copom mais agressivo após a reunião de março, com a curva já indicando Selic terminal de 13,5%. Novamente com a estratégia de não adicionar estresse ao mercado, o Tesouro trouxe lotes pequenos de prefixados longos na oferta do leilão, ainda assim vendida parcialmente.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a 12,79% (regular) e 12,85% (estendida), de 12,629% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2024 subiu de 12,158% para 12,390% (regular) e 12,465% (estendida), ambos concentrando hoje a liquidez da ponta curta. A taxa do DI janeiro de 2025 encerrou a 11,75% (regular) e 11,805% (estendida), de 11,536% quarta, e a do DI para janeiro de 2027, a 11,50% (regular) e 11,55% (estendida), de 11,411%.

A curva esteve sob pressão o dia todo. Pela manhã as taxas longas ainda chegaram a ensaiar uma virada com a inversão da alta dos preços do petróleo, mas o movimento durou pouco. O petróleo depois voltou a subir, levando os DIs para as máximas, mas acabou novamente devolvendo os ganhos.

IstoéDinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$
 5,0473 / R\$ 5,0479 **
 Câmbio livre mercado -
 R\$ 5,0260 / R\$ 5,0280 *
 Turismo - R\$ 5,0230 /
 R\$ 5,1900
 (*) cotação média do
 mercado
 (**) cotação do Banco
 Central
 Variação do câmbio livre
 mercado
 no dia: -1,56%

OURO BM&F
 R\$ 308,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
 Variação: -0,01%
 Pontos: 115.165
 Volume financeiro:
 R\$ 31,551 bilhões
 Maiores altas: Cielo ON
 (5,26%), IRB Brasil ON
 (5,16%), Companhia
 Siderúrgica Nacional ON
 (5,01%)
 Maiores baixas: Azul PN
 (-4,71%), Embraer ON
 (-4,17%), Americanas ON
 (-4,16%)
 S&P 500 (Nova York):
 -0,53%
 Dow Jones (Nova York):
 -0,29%
 Nasdaq (Nova York):
 -1,56%
 CAC 40 (Paris): -1,84%
 Dax 30 (Frankfurt):
 -2,16%
 Financial 100 (Londres):
 -2,57%
 Nikkei 225 (Tóquio):
 0,70%
 Hang Seng (Hong Kong):
 0,55%
 Shanghai Composite
 (Xangai): -0,09%
 CSI 300 (Xangai e
 Shenzhen): -0,59%
 Merval (Buenos Aires):
 1,45%
 IPC (México): 0,43%

**ÍNDICES DE
 INFLAÇÃO**

IPCA/IBGE
 Dezembro 2021: 0,73%
 Janeiro 2022: 0,54%

Companhia Iniciadora Predial

CNPJ/MF nº 60.583.507/0001-47

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações Contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)				Demonstrações do Resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	270	329	Obrigações trabalhistas	8	112	130
Aplicações financeiras	4	369	2.054	Obrigações tributárias	9	165	252
Créditos diversos	5	561	658	Contas a pagar	10	350	430
Total do ativo circulante		1.200	3.041	Total do passivo circulante		628	812
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imóveis de renda	6	8.775	8.775	Capital social	11	4.135	4.135
Devedores diversos	7	4.152	3.892	Reserva legal	-	827	827
Depósitos judiciais	-	288	288	Reservas de Lucros	-	8.982	10.589
Tributos a recuperar	-	4	-	Total do patrimônio líquido		13.944	15.551
Imobilizado líquido	-	153	367				
Total do ativo não circulante		13.372	13.322	Total do passivo e do patrimônio líquido		14.572	16.363
Total do ativo		14.572	16.363				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.135	148	1.398	9.550	15.231
Ajuste de exercícios anteriores	-	(148)	(571)	1.036	317
Lucro do exercício	-	-	-	2	2
Prejuízo do exercício	4.135	-	827	10.589	15.551
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.135	-	827	8.982	13.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional - A Companhia Iniciadora Predial ("Cia Iniciadora" ou "Companhia") atualmente tem o propósito de promover a locação e administração de seus próprios bens, compra, venda e incorporação de imóveis, participação em empreendimentos imobiliários de construção ou desenvolvimento urbano, participação em outras sociedades, entre outros. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos nº 960, 19º andar, Cj 1.904, Cerqueira César, São Paulo, SP. A Administração aprovou a emissão dessas demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2022. **1.1. Pandemia COVID-19:** Desde o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o mundo passa por um surto da doença denominada COVID 19 (corona vírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) afetando significativamente a continuidade de diversas empresas de diferentes setores. A Companhia Iniciadora Predial atendeu as normas de segurança impostas pelos órgãos governamentais e de saúde adotando todas as medidas e estratégias necessárias para mitigar os impactos financeiros no empreendimento e com os seus clientes. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 vírus nos mercados mundiais e em especial no mercado brasileiro. Um eventual efeito e impacto adicional do COVID-19 nos resultados da Companhia dependerão do seu desenvolvimento futuro. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas - 2.1. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) moeda de apresentação que também é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis:** **2.2.1. Reconhecimento da receita líquida:** A Companhia adotou o CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" a partir de 1º de janeiro de 2018 contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída do setor de incorporação imobiliária. De acordo com o CPC 47 o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido podendo ser em um momento específico do tempo ou ao longo do tempo conforme a satisfação ou não das denominadas: "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) Identificação do contrato; 2) Identificação das obrigações de desempenho; 3) Determinação do preço da transação; 4) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) Reconhecimento da receita. **2.2.2. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado de empreendimentos e de instrumentos financeiros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria: "avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". A abertura destas aplicações por tipo está apresentada na Nota Explicativa nº 3. **2.2.4. Imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição. O custo dos imóveis é formado por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário relacionado à aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada, encargos de financiamento dos projetos, despesas com incorporação e outros correlatos que inclui o custo financeiro incorrido do capital aplicado nos empreendimentos. **2.2.5. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores a pagar a funcionários decorrentes de benefícios, provisões de férias já incorridas, os encargos incidentes sobre estas provisões e tributos retidos de prestadores de serviços entre outros. **2.2.6. Fornecedores e contas a pagar:** Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Elas são reconhecidas a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo Custo Amortizado (CA) com o uso do método de

taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. As cauções são oriundas de retenções contratuais de subempreiteiros e são liquidadas ao término da vigência da carência contratual. **2.2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.2.8. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. **2.2.9. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **2.2.10. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu Valor Presente (AVP) no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Companhia é optante pelo lucro presumido, sendo assim suas alíquotas vigentes de tributação do imposto de renda e da contribuição social são respectivamente de 15% (acrescida de adicional de 10% quando aplicável) e de 9% após aplicada a alíquota de presunção relativa à sua atividade. As bases de cálculo são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de locação de imóveis	12	5.192	5.771
(-) Receita operacional líquida		5.192	5.771
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(5.159)	(4.743)
Despesas tributárias e não dedutíveis	-	(446)	(13)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(603)	(524)
		(6.207)	(5.280)
Resultado antes do resultado financeiro		(1.015)	491
Despesas financeiras	-	(67)	(10)
Receitas financeiras	-	64	233
Resultado financeiro líquido		(3)	223
(-) Resultado antes das provisões tributárias		(1.018)	714
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14	(589)	(712)
(=) Lucro (prejuízo) do exercício		(1.606)	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.606)	2	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(1.606)	2	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais	(1.606)	2
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.606)	2
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	214	59
Ajustes das disponibilidades geradas	(1.392)	61
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Créditos diversos	97	(172)
Tributos a recuperar	(4)	-
Despesas antecipadas	-	(4)
Devedores diversos	(260)	(1.554)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Obrigações trabalhistas	(18)	16
Obrigações tributárias	(87)	(191)
Contas a pagar	(80)	412
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	(352)	(1.493)
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais	(1.744)	(1.432)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imóveis de renda	-	(375)
Imobilizado	-	(140)
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de investimentos	-	(515)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.744)	(1.947)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.383	4.330
No final do exercício	639	2.383
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.744)	(1.947)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

10. Contas a pagar - a. Passivo circulante:			
	31/12/2021	31/12/2020	
Contas a pagar diversos	169	99	
Outras contas	151	301	
Dividendos a pagar	30	30	
	350	430	

11. Patrimônio líquido - 11.1. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.135 representados por 4.134.773 ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 1 (um Real) cada uma.

12. Receita de locação de imóveis			
	31/12/2021	31/12/2020	
Receita de locação de imóveis	5.391	5.988	
PIS	(36)	(39)	
COFINS	(163)	(178)	
	5.192	5.771	

13. Despesas gerais e administrativas			
	31/12/2021	31/12/2020	
Despesas com serviços de terceiros	(1.154)	(1.218)	
Despesas com condomínio	(1.466)	(716)	
Despesa com pessoal, encargos e contribuições sociais	(1.647)	(1.815)	
Donativos e contribuições	(113)	(575)	
Despesas patrimoniais	(213)	(59)	
Outras despesas administrativas	(566)	(360)	
	(5.159)	(4.743)	

14. Provisão para imposto de renda e contribuição social			
	31/12/2021	31/12/2020	
Provisão para contribuição social	(162)	(195)	
Provisão para imposto de renda	(426)	(517)	
	(589)	(712)	

15. Instrumentos financeiros - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas e as vigentes no mercado. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2021 Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

André Kissajikian - Diretor Presidente

João Carlos Granero - Contador: CRC 1SP 199.020/O-3

Siga-nos nas redes sociais: @jornaldatamercantil

Neovia Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF nº 04.612.069/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

Balancos patrimoniais					Demonstrações dos resultados					Demonstrações dos fluxos de caixa					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		2020	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019		2020	2019		
Circulante		93	263	3.182	3.141	15	-	-	18.529	19.791					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5	1	308	193	16	-	-	(11.207)	(12.013)					
Contas a receber	4	-	-	2.160	2.169				7.322	7.778					
Tributos a recuperar		55	222	431	557				(385)	(510)					
Outros ativos		33	40	283	222				(7.339)	(8.451)					
Não circulante		171	125	14.542	13.354				(122)	(137)					
Depósitos judiciais		86	75	248	237				(2.301)	(2.418)					
Créditos com partes relacionadas	12	-	-	-	-				(2.368)	(3.242)					
Outros ativos		-	-	93	162				67	16					
Investimentos		85	50	85	50				(20)	(422)					
Imobilizado		6	-	13.638	12.641				(2.321)	(3.648)					
Intangível		7	-	478	444				-	-					
Total do ativo		264	388	17.724	16.495				(2.321)	(3.648)					
Passivo															
Circulante		32	38	14.106	11.331										
Empréstimos e financiamentos		9	-	2.993	3.095										
Fornecedores		8	31	2.041	3.165										
Impostos a recolher e parcelados	10	1	8	5.847	3.360										
Obrigações trabalhistas		-	-	3.225	1.711										
Não circulante		83.199	80.996	86.585	85.810										
Empréstimos e financiamentos		9	-	2.171	1.210										
Impostos parcelados	10	-	1	5.921	5.050										
Fornecedores		8	-	-	283										
Provisão para demandas judiciais	11	25	518	25	799										
Provisão investimentos	5	3.474	1.173	-	-										
Obrigações com partes relacionadas	12	79.700	79.304	78.468	78.468										
Patrimônio líquido		(82.967)	(80.646)	(82.967)	(80.646)										
Capital social		24.287	24.287	24.287	24.287										
Prejuízos acumulados		(107.254)	(104.933)	(107.254)	(104.933)										
Total do passivo e patrimônio líquido		264	388	17.724	16.495										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Neovia Telecomunicações S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Neovia"), através de sua controlada Directnet Prestação de Serviços Ltda. ("Directnet"), opera uma rede própria de transmissão de dados atendendo a mais de 50 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Baixada Santista. Oferece soluções corporativas de telecomunicações, englobando acesso à Internet em alta velocidade, redes privadas virtuais (VPNs), Firewall e Professional Services, entre outras. Tem sua sede social na Rua Helena, 218, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo-SP. A Companhia foi constituída em julho de 2001, tendo por objetivo a prestação de serviços de telecomunicações, incluindo o provimento de acesso à Internet em alta velocidade para clientes residenciais e corporativos e VPNs para clientes corporativos. Recebeu uma autorização da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL, em 23 de agosto de 2002, para provimento de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), em âmbito nacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, mediante outorga de autorização celebrada em 23 de agosto de 2002. A partir dessa autorização a Neovia definiu premissas tecnológicas como a transmissão de dados "wireless", IP e "Ethernet". Conforme descrito na nota explicativa de nº 23, a partir de 17 de junho de 2021, a Companhia é controlada pela GOALD LLC, sediada no estado de Maryland, Estados Unidos da América. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 2.321 (R\$ 3.648 em 2019), patrimônio líquido negativo de R\$ 82.967 (R\$ 80.646 em 2019) e deficiência de capital circulante líquido de R\$ 10.924 (R\$ 8.190 em 2019), substancialmente decorrente da pandemia COVID enfrentada em todo o mundo. Em 2021, a Companhia passou por uma reestruturação que ocorreu em 8 de julho de 2021, onde a acionista GOALD LLC realizou o investimento de R\$ 78.648 para aquisição da participação das acionistas do Grupo Intel, passando a ser a única acionista da Neovia Telecomunicações a partir desta data. Como parte desta reestruturação, a Companhia liquidou o saldo dos devedores com as acionistas do Grupo Intel e passou a ter um capital social de R\$ 102.755, conforme informado na nota explicativa 23 (eventos subsequentes). A Administração da Companhia elaborou um plano para 2022 de melhoria dos resultados, através elaboração de novos produtos mais atrativos ao mercado local, abertura de novos clientes com investimento nos serviços com fibra óptica. Adicionalmente, a Companhia, para suportar realizou uma análise de continuidade dos negócios para os próximos 12 meses que considerou os impactos após reestruturação da Companhia ocorrida em 2021, divulgadas na nota explicativa de nº 23 de eventos subsequentes. Desta forma, a Companhia entende, baseada em suas projeções, que suas operações para os próximos exercícios serão suficientes para contínuar gerando fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras, incluindo aquelas com vencimentos em curto prazo. Adicionalmente, o acionista controlador garante o suporte financeiro, se necessário, para a Companhia honrar seus compromissos e obrigações pelo próximo exercício social. **2. Políticas Contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da NBC TG 1000 (CPC PME) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2022. De acordo com a Norma ITG 2002 (R1), estão contabilizados, o valor justo das operações, ativos e passivos. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado do próprio exercício em que ocorrem. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos significativos:** Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para o registro de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para perdas de estoques, vida útil, provisões para riscos fiscais, previdenciários, civis e trabalhistas e ajuste a valor presente de saldos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais. **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos e transações da controlada direta de acordo com o percentual de participação societária descrita na tabela a seguir:

Controlada	2020	2019
Directnet Prestadora de Serviços Ltda. (*)	99,99%	99,99%

(*) Conforme mencionado no contexto operacional, em 31 de julho de 2013 a Neovia Telecomunicações S.A. incorporou a sua controlada integral Directnet Participações Ltda., com isso, a Neovia assumiu o controle direto da Directnet Prestação de Serviços Ltda. **2.5. Conversão de transações e saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à moeda funcional (Real) pela taxa de câmbio efetiva da data do correspondente balanço. Ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, devido à variação da taxa de câmbio na data da transação e no encerramento do exercício, são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. **2.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros: os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, partes relacionadas e outros ativos. São classificados entre as categorias mencionadas a seguir de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos como receitas e despesas financeiras. (ii) Empréstimos e recebi-

Receita líquida de serviços	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de serviços	15	-	-	18.529	19.791
Custo dos serviços prestados	16	-	-	(11.207)	(12.013)
Lucro bruto				7.322	7.778
Despesas com vendas	17	(22)	(17)	(385)	(510)
Despesas administrativas	17	(45)	(807)	(7.339)	(8.451)
Depreciação e amortização				(122)	(137)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(2.301)	(2.418)	-	-
Prejuízo operacional				(2.368)	(3.242)
Receitas financeiras	18	67	16	108	153
Despesas financeiras	18	(20)	(422)	(1.905)	(2.481)
Prejuízo antes dos impostos				(2.321)	(3.648)
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	-	-
Prejuízo do exercício				(2.321)	(3.648)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Prejuízo do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício		(2.321)	(3.648)	(2.321)	(3.648)
Total de resultados abrangentes do exercício		(2.321)	(3.648)	(2.321)	(3.648)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2018	Capital social		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Em 31 de dezembro de 2018	24.287	(101.285)	-	(76.998)	-	(76.998)
Prejuízo do exercício	-	(3.648)	-	(3.648)	-	(3.648)
Em 31 de dezembro de 2019	24.287	(104.933)	-	(80.646)	-	(80.646)
Prejuízo do exercício	-	(2.321)	-	(2.321)	-	(2.321)
Em 31 de dezembro de 2020	24.287	(107.254)	-	(82.967)	-	(82.967)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

veis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as perdas no valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas financeiras quando incorridos com base no método da taxa efetiva de juros. Passivos financeiros: os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras obrigações. São inicialmente reconhecidos a valor justo e são classificados entre as categorias a seguir de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: (i) **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras quando incorridos. (ii) **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:** passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento que, após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras quando incorridos. **2.7. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Classificamos todos os instrumentos de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses como caixa e equivalentes de caixa. **2.8. Contas a receber de cliente:** Os valores faturados estão avaliados pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas ajustadas pelo montante estimado de provisão para redução ao valor recuperável (Nota 4). As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas. **2.9. Investimentos em controladas:** Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **2.10. Imobilizado:** São apresentados ao custo de aquisição, formação ou construção, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na Nota 6. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.11. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros, licenças de autorização adquiridas da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL") e valores de fundo de comércio (Nota 7). A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revisados anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.12. Arrendamento mercantil:** Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado e, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração de resultado. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. **2.14. Tributação:** As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de atuação. Também são tributadas pelo Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 0,65% e 3% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social às alíquotas de 3% e 7,60%. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15% acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **a) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **b) Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou variação cambial incorridos. São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, quando aplicável, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Fluxo de caixa proveniente das operações	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa proveniente das operações					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social				(2.321)	(3.648)
Ajustes por itens que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização				-	-
Provisão para devedores duvidosos				-	(76)
Resultado da equivalência patrimonial				2.301	2.418
Juros incorridos				-	-
Provisão demandas judiciais				(493)	(298)
Ganhos com investimentos em ações				(25)	(36)
				(513)	(1.553)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber				167	297
Tributos a recuperar				(11)	-
Depósitos judiciais				5	6
Outros ativos				2	(211)
Fornecedores				(7)	(19)
Impostos a recolher e parcelados				-	264
Obrigações trabalhistas				-	-
Juros Pagos				-	(2.977)
Caixa (aplicado nas) originado das atividades operacionais				(357)	(1.216)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao imobilizado e intangível				-	(3.749)
Captação empréstimo à coligada por contrato de mútuo				-	-
Caixa originados das (aplicado nas) atividades de investimento				1.441	(3.749)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de arrendamento mercantil financiamento				(361)	-
Pagamento de arrendamento mercantil financiamento				-	(224)
Caixa (aplicado nas) originados das atividades de financiamento				(361)	(224)

continuação | Neovia Telecomunicações S.A.

Directnet Prestação de Serviços Ltda. ("Directnet"). A Directnet é uma empresa de responsabilidade limitada, atualmente sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e iniciou suas operações em 23 de novembro de 2000, no ramo de prestação de serviços de tecnologia. A partir do início de 2001, concentrou suas atividades no provimento de acesso à Internet. A Companhia expandiu consideravelmente sua base de clientes, sendo considerada a principal provedora de acesso à Internet banda larga via rádio ("wireless") do país, estando presente nas cidades de Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba, Guarulhos, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Jacareí, São José dos Campos e São Paulo. A Directnet vem apresentando prejuízos operacionais, tendo acumulado prejuízos de R\$82.531 em 31 de dezembro de 2020 (R\$80.230 até 31 de dezembro de 2019) e capital circulante negativo de R\$8.189 em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.803 em 31 de dezembro de 2019). Conforme mencionado na nota de "Contexto operacional", essa transferência se concretizou através da compra de ativos imobilizados e intangíveis da Neovia Telecomunicações S.A. no montante de R\$9.601 apurados por meio dos livros contábeis. Esse saldo é composto por: Imobilizado 9.321; Intangível 280; Total 9.601.

Durante esse processo, a operação da Neovia Telecomunicações S.A. foi transferida integralmente para a Directnet, passando esta a ser responsável pela prestação de serviços aos clientes da Neovia. A Administração acredita que essas iniciativas serão suficientes para dar continuidade ao crescimento da operação conforme plano de negócios e orçamentos aprovados pela Administração. **6. Imobilizado: a) Movimentação**

	Controladora						Consolidado					
	Custo		Depreciação		Imobilizado líquido		Custo		Depreciação		Imobilizado líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	

b) Taxas de depreciação: Em conformidade com o CPC 27-Ativo Imobilizado e ICPC 10-Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27-Ativo Imobilizado a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados, por meio do método comparativo direto de dados do mercado, que não indicaram necessidade de mudanças relevantes na vida útil dos ativos que pudessem causar impactos significativos no total do ativo imobilizado líquido e na despesa anual de depreciação. Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear à taxa anual como segue:

	2020	2019
Equipamentos de rede e acesso	10% a 20%	10% a 20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	20%
Equipamentos de informática	20%	20%
Beneficiárias	10%	10%
Outros	10%	10%

7. Intangível: a) Movimentação

	Consolidado			
	Aquisição de licença ANATEL (i)	Fundo de comércio (ii)	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.895	466	3.742	7.103
Adições	-	-	166	166
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.895	466	3.908	7.269
Adições	-	-	63	63
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.895	466	3.971	7.332

(i) Trata-se de aquisição de licença junto à ANATEL, amortizado pelo prazo de concessão contratual de 15 anos. (ii) Trata-se de fundo de comércio adquirido junto à NipNet Prestação de Serviços Ltda., cujo saldo foi amortizado pelo período de cinco anos, conforme contrato assinado em dezembro de 2005. A Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos intangíveis com vida útil definida, por meio do método comparativo direto de dados do mercado, e não indicaram necessidade de mudanças relevantes na vida útil dos ativos que pudessem causar impactos significativos no total do ativo intangível líquido. **a) Taxas de amortização:** As taxas anuais de amortização (%) praticadas para os exercícios de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Aquisição da licença da ANATEL	7%	7%
Fundo de comércio	20%	20%
Software	20%	20%

8. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Equipamentos e materiais	-	-	1.284	920
Serviços	31	30	757	2.528
Total fornecedores	31	30	2.041	3.448
Circulante	31	30	2.041	3.165
Não circulante	-	-	-	283

9. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Taxa de Juros		Vencimento	
	2020	2019	% a.m.	2020	2020	2019
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	Real	1,71 a 1,70	2023	4.436	3.747	1
Financiamento	Real	1,50 a 1,70	2023	4.436	3.747	1
Arrendamento mercantil	Real	1,17 a 1,44	2022	727	541	1
				5.164	4.305	1
Circulante				2.993	3.095	1
Não circulante				2.171	1.210	1

Cláusulas restritivas e garantias: Nas operações com o BNDES e de arrendamento mercantil os bens financiados são dados como garantia. **Arrendamento mercantil:** Uma representativa parcela dos equipamentos operacionais da Companhia foi financiada por meio de operações de arrendamento mercantil junto às instituições financeiras. Os contratos possuem as seguintes características: • O valor-base para determinar o fluxo dos pagamentos mensais é o custo dos equipamentos, na data da transação. Na data de vencimento do contrato, depois de liquidadas todas as prestações, o referido custo é considerado integralmente amortizado. • Vencimento em 24 e 36 meses. • Aquisição dos equipamentos ao término dos contratos através de carta de transferência de titularidade uma vez que o valor residual garantido está diluído nas parcelas. • Taxa de juros entre 1,17% e 2,00% ao mês. Diante dessas características, esses contratos de arrendamento mercantil foram registrados na data da transação com base na sua essência considerando o custo dos equipamentos como aquisição de imobilizado e o valor presente das prestações, como contas a pagar no passivo circulante e exigível a longo prazo, dependendo dos respectivos vencimentos. **10. Impostos a recolher e parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Impostos e encargos sociais parcelados:				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	145	93
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	668	428
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	7.965	6.201
Fundo de Valorização de Serviços de Telecomunicações - FUST	1	9	249	368
	1	9	9.027	7.090
Impostos correntes:				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	129	73
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	597	340
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	1.980	853
Fundo Nacional de Telecomunicações - FUNTEL	-	-	14	14
Fundo de Valorização de Serviços de Telecomunicações - FUST	-	-	9	15
Outros	-	-	12	25
	-	-	2.741	1.320
Total de impostos a recolher e parcelados	1	9	11.768	8.410
Circulante	1	8	5.847	3.360
Não circulante	-	-	5.921	5.050

O saldo em aberto dos parcelamentos de impostos e encargos sociais em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia firmou acordos de parcelamentos de sua dívida junto aos órgãos federais

e estaduais competentes, com pagamentos que variam entre 24 e 120 meses. Os parcelamentos junto ao órgão federal estão sujeitos a juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e de 1% relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O montante total pago referente a dívidas com parcelamento de tributos foi de R\$3.449 em 2020 e R\$2.775 em 2019.

11. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e sua controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A tabela a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida nos exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora			Totais
	Trabalhista (i)	Cível (ii)	Tributário	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	520	8	19	547
Adições/(baixas)	(29)	-	-	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	491	8	19	518
Adições/(baixas)	(491)	(2)	-	(493)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	6	19	25

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: (i) Contingências trabalhistas-consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. (ii) Ações cíveis-as principais ações cíveis estão relacionadas a reclamações de indenizações por danos morais e perdas financeiras. A Companhia tem ações de natureza cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação da Administração e dos seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2020, essas ações totalizam R\$36.367 (R\$42.297 em 31 de dezembro de 2020). A seguir detalhamos a principal ação com risco de perda classificada como possível:

	Consolidado	
	2020	2019
Tributárias	36.367	42.297
	36.367	42.297

Tributárias - ICMS: A Companhia e sua controlada foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (i) em razão de ter adotado base de cálculo reduzida do imposto, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, item 1, "b" do Anexo II do Decreto nº 45.490/00 (RICMS) em relação a todo o serviço prestado, cobrado conjuntamente, já incluído o "provimento de acesso à internet", quando a Secretaria da Fazenda do Estado entende que apenas os valores relativos ao "provimento de acesso à internet" poderiam se beneficiar da base de cálculo reduzida; (ii) por suposto descumprimento de obrigação acessória, consistente na suposta falta de emissão de nota fiscal no modelo requerido pela legislação. Foram apresentados defesas/recursos administrativos demonstrando a improcedência das autuações, alguns já acolhidos embora por decisões ainda não definitivas, pendendo os processos de julgamento final na esfera administrativa.

12. Partes relacionadas: Os principais saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

	Controladora - 2019			
	Directnet Prestação de Serviços Ltda.	Middlefield Ventures Inc.	Intel Coporation	Capital
Balanco patrimonial	(836)	(58.594)	(19.874)	(79.304)
Não circulante	-	-	-	-
Demonstração do resultado	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	-

Balanco patrimonial
Obrigações com partes relacionadas
Não circulante

	Consolidado-2020 e 2019			
	2020	2019	2020	2019
Balanco patrimonial	(1.232)	(58.594)	(19.874)	(79.700)
Obrigações com partes relacionadas	-	-	-	-
Não circulante	(1.232)	(58.594)	(19.874)	(79.700)

Balanco patrimonial
Obrigações com partes relacionadas
Não circulante

Os valores devidos por partes relacionadas não são garantidos, não rendem juros e possuem prazos de vencimentos até 2025, conforme estabelecido nos contratos. Nenhuma garantia foi dada ou recebida. Nenhuma despesa foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 por dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa a respeito de valores devidos por partes relacionadas. As operações mantidas com partes relacionadas encontram-se em condições estabelecidas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços do pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Honorários de diretoria	-	-	290	436
Total	-	-	290	436

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social era de R\$24.287, o qual está representado por 9.707.260 ações ordinárias subscritas e integralizadas, como segue:

	2020 e 2019	
	2020	2019
Intel Capital Corporation (Cayman)	5.567.722	5.567.722
Intel Capital Corporation (Estados Unidos)	1.262.292	1.262.292
GOALD LLC	1.172.095	1.172.095
Fernando de Mello Mattos Haaland	400.783	400.783
Alexandre Vasconcelos da Costa e Silva	343.861	343.861
Marcelo Adorno	197.752	197.752
MHW Empreidim. e Participações Ltda.	197.751	197.751
Wilfredo Javier Valver de Zavaleta	167.585	167.585
Francisco Eduardo Carballido Mendes	129.353	129.353
Outros	268.066	268.066
	9.707.260	9.707.260

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 20.000.000 de ações. O Estatuto Social determina que cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **14. Ônus, responsabilidades eventuais e compromissos: a) Contratos de aluguel:** O imóvel utilizado pela área administrativa, bem como o espaço para a instalação de antenas de transmissão ("ponto de presença") e instalação de outros equipamentos de transmissão de dados é alugado de terceiros. Os atuais contratos de aluguel foram assinados por períodos de dois a três anos e são renováveis por igual período. Os gastos com aluguéis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 montam a:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aluguel de bases e postes	-	-	(3.969)	(4.096)
Aluguel de área administrativa	-	-	(265)	(360)
	-	-	(4.234)	(4.456)

Os compromissos assumidos com arrendatários pela Neovia e sua controlada, já contratados em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$8.319 (R\$8.319 em 2019) sem as considerações de reajustes, que são feitas anualmente pelo IGP-M, como descrito a seguir:

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Aluguel de bases e postes	6.635	6.635	6.635	6.635
Aluguel de área administrativa	1.684	1.684	1.684	1.684
	8.319	8.319	8.319	8.319

b) Contratos de manutenção: A Companhia possui contratos de manutenção de sistemas e equipamentos que variam de um a três anos. O valor dessas manutenções durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$324 (R\$332 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. **c) Contratação de prestadores de serviços:** Parte das atividades de sistemas é exercida por empresas contratadas pela Companhia em bases contínuas, com as quais foram assinados contratos por períodos que variam de um a dois anos. O pagamento a essas empresas contratadas é feito mensalmente, sob o título de serviços prestados. O custo e a despesa registrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados com essa prática totalizam aproximadamente R\$1.374 (R\$1.738 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. Na controladora foi de R\$147 (R\$179 em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta	-	-	6	9
Serviços residências	-	-	24.384	26.160
Serviços corporativos	-	-	88	88
Outros serviços	-	-	24.478	26.257

15. Receita líquida de serviços
Receita operacional bruta
Serviços residências
Serviços corporativos
Outros serviços

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Deduções da receita	-	-	(165)	(177)
PIS	-	-	(760)	(811)
COFINS	-	-	(4.701)	(5.155)
ICMS	-	-	(166)	(176)
FUNTEL	-	-	(83)	(89)
ISS	-	-	(50)	(58)
Descontos concedidos	-	-	(24)	-
	-	-	(5.949)	(6.466)
	-	-	18.529	19.791

16. Custos dos serviços prestados
Custo de banda (IP Link)
Aluguéis de bases e postes
Custos com pessoal
Custos com materiais e manutenções
Depreciação
Outros custos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas administrativas				
Despesas de vendas	-	-	(269)	(231)
Perdas com operação de crédito	-	-	(11)	(11)
Despesas de viagens e representações	-	-	(44)	(196)
Propaganda e publicidade	(22)	(17)	(61)	(72)
Despesas com vendas	(22)	(17)	(385)	(510)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	-	-	(5.215)	(4.692)
Serviços de terceiros	-	(179)	(1.147)	(2.231)
Aluguéis	-	-	(265)	(362)
Despesas gerais	-	(350)	(542)	(713)
Outras despesas	(45)	(278)	(170)	(453)
Despesas com vendas	(45)	(807)	(7.339)	(8.451)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
18. Resultado financeiro, líquido				
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	-
Outras receitas	67	16	108	153
	67	16	108	153

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1.381)	(948)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(61)	(158)
Juros sobre parcelamentos	(1)	(1)	(154)	(320)
Despesas bancárias	(3)	(415)	(177)	(833)
Outras despesas financeiras	(16)	(6)	(132)	(222)
	(20)	(422)	(1.905)	

continuação | Neovia Telecomunicações S.A.

emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independen-

temente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a

adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6Flavio de Luna Fragoso
Contador CRC-PE026316/O-1

Dólar cai 1,55%, para R\$ 5,0280, com commodities e fluxo de recursos



O combo formado por valorização expressiva dos preços das commodities, expectativa de juros locais ainda mais elevados e possível migração de capitais que estavam alocados em ativos russos para outros países emergentes levou o dólar a se aproximar novamente do piso psicológico de R\$ 5,00 na sessão desta quinta-feira, 3. Em queda desde o início dos negócios, a moeda renovou sucessivas mínimas ao longo da tarde e, após descer até R\$ 5,0210, fechou em queda de

1,55%, a R\$ 5,0280 – voltando a patamares anteriores à eclosão da guerra na Ucrânia. O dólar futuro para abril recuou 1,37%, a R\$ 5,07450, com giro de US\$ 16,2 bilhões.

O movimento de apreciação do real se dá em sintonia com os ganhos de divisas de exportadores de commodities frente ao dólar, como peso chileno, peso colombiano e rand sul-africano, enquanto moedas de países do leste europeu, como o florim húngaro e o zloty polonês, perdem mais de 1%. Mais uma vez, o rublo amargou o pior de-

sempenho, com queda superior a 7% quando o mercado brasileiro fechou. O rating da Rússia foi rebaixado pelas agências de classificação de risco Moody's e Fitch.

“Esse rebaixamento do rating da Rússia provoca uma realocação de recursos, porque muitos fundos só investem em países com determinada nota de classificação. Esse dinheiro vai para outros emergentes. Isso ajuda o câmbio por aqui”, diz o economista Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

IstoéDinheiro

Ibovespa cede 0,01%, a 115,1 mil pontos, com piora em Nova York

Mesmo com a cautela vista no exterior nesta quinta-feira, 3, o Ibovespa parecia que conseguiria emendar o terceiro ganho, refletindo a correlação do índice brasileiro com matérias-primas como petróleo e minério de ferro, no momento em que outra gigante das commodities, a Rússia, deixa de ser opção para os investidores globais. Assim, a referência da B3 oscilou hoje em margem estreita, acima dos 115 mil pontos, entre mínima de 115.009,70 (-0,14%), renovada no fim da tarde, e máxima de 115.947,68, saindo

de abertura aos 115.173,43.

No fechamento, no entanto, acompanhando a piora vista em Nova York, mostrou sinal negativo (-0,01%), aos 115.165,55 pontos, com giro a R\$ 32,2 bilhões. Na semana e no mês, o Ibovespa sobe 1,79%, colocando os ganhos do ano a 9,87%. No intradía, perto dos 116 mil pontos, atingiu o maior nível desde 15 de setembro (116.312,22).

Tanto o petróleo Brent como o WTI – embora em viés negativo à tarde, em queda superior a 2% com a proximidade de acordo nuclear para o Irã.

IstoéDinheiro

Etze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

A Diretoria da Etze Seguros S.A. convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, que realizará-se no dia **28/03/2022, às 16h30min**, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, com a seguinte ordem do dia: **a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2022; d) fixar os honorários dos administradores.** Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 25/02/2022. A Diretoria.
(26/02, 03 e 04/03/2022)

Ibovespa cede 0,01%, a 115,1 mil pontos, com piora em Nova York



Mesmo com a cautela vista no exterior nesta quinta-feira, 3, o Ibovespa parecia que conseguiria emendar o terceiro ganho, refletindo a correlação do índice brasileiro com matérias-primas como petróleo e minério de ferro, no momento em que outra gigante das commodities, a Rússia, deixa de ser opção para os investidores globais. Assim, a referência da B3 oscilou hoje em margem estreita, acima dos 115 mil pontos, entre mínima de 115.009,70 (-0,14%), renovada no fim da tarde, e máxima de 115.947,68, saindo de abertura aos 115.173,43.

No fechamento, no entanto, acompanhando a piora

IstoéDinheiro

Negócios

A era de ouro do Alibaba está com os dias contados?



Durante anos, o Alibaba se consolidou como uma empresa dominante na China e em todo mercado asiático, capaz de afugentar empresas ocidentais que tentaram se aventurar pelo continente. Essa era de ouro da gigante fundada por Jack Ma pode estar, no entanto, próxima do fim.

Divulgado nesta quinta-feira, o resultado do grupo referente ao seu terceiro trimestre fiscal, encerrado em 31 de dezembro de 2021, traduzem, em boa medida, o desafio à frente da empresa. No período, a receita da companhia foi de US\$ 38 bilhões, alta

de 10% sobre um ano antes. Apesar do avanço, um outro dado chama atenção nesse indicador. Esse foi o menor crescimento trimestral registrado pelo Alibaba desde que a empresa abriu capital na Nasdaq, em 2014, levantando US\$ 25 bilhões na oferta.

Na bolsa americana, as ações do Alibaba estão sendo negociadas por um terço do pico de US\$ 300, alcançado em outubro de 2020. Nesta quinta-feira, os papéis da empresa, avaliada em US\$ 298,4 bilhões, estavam sendo negociados a US\$ 105, por volta das 14h (horário local), com queda de 4,01%.

O crescimento mais lento

e a desvalorização das ações do Alibaba coincidem com as colisões da empresa e de outras big techs do país com o governo chinês. Nos últimos seis meses, a queda das ações da companhia é de quase 40%. No intervalo de doze meses, a baixa fica próxima de 60%.

As relações entre o governo chinês e as big techs começaram a se deteriorar ainda em 2020, quando Jack Ma, fundador da Alibaba, cometeu um “sincerídio” ao criticar o modus operandi de bancos a reguladores de mercado na China. Segundo ele, o sistema financeiro do país desacelerou o processo de inovação das empresas.

Com novos parceiros, PicPay acelera marketplace financeiro

No final de 2021, a carteira de crédito pessoal do PicPay chegou a R\$ 780 milhões, sendo que um ano atrás o número mal chegava a R\$ 1 milhão. Embora o produto seja recente, o total de contratos já está na casa dos 620 mil.

Os dados relativos aos cartões também impressionam. Em janeiro de 2021, o PicPay havia emitido aproximadamente 2 milhões de cartões. Agora, a base conta mais de 12 milhões.

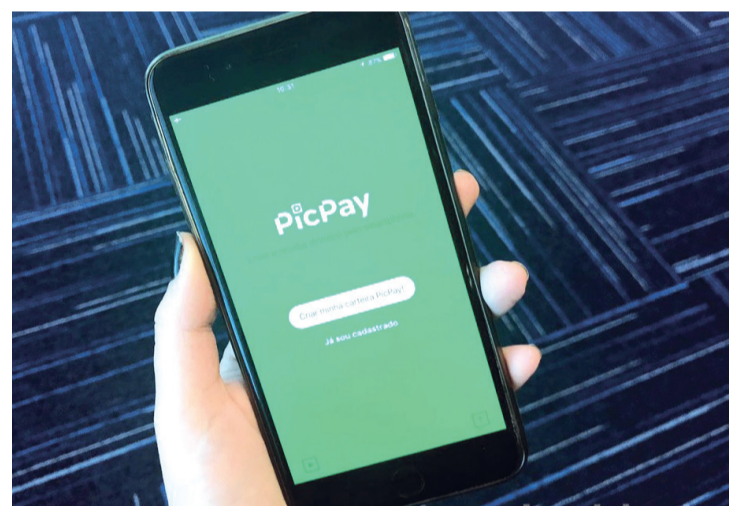
Os indicadores financeiros são igualmente superlativos. No último trimestre de 2021, o PicPay Card movimentou cerca de R\$ 3,4 bilhões (TPV, na sigla em inglês), ou dez vezes o valor transacionado em igual intervalo de 2020.

Não é só. De janeiro a dezembro de 2021, o TPV totalizou R\$ 7,6 bilhões – quase metade desse valor é fruto das operações realizadas no último trimestre. Ou seja, elas ganharam tração no final do ano, movimento que certamente impulsionará os números de 2022.

Os números acima são uma amostra da força do marketplace financeiro do PicPay, que completou em 2021 o seu primeiro ano de operação. Apesar da curta existência, ele já tem resultados consistentes a apresentar.

Nele, é possível solicitar crédito pessoal até com garantia de automóvel, encomendar cartão de crédito ou débito e obter recursos pelo modelo P2P lending, que consiste no empréstimo entre pessoas.

Neofeed



Guerra na Ucrânia: associação calcula que Brasil tem fertilizantes para três meses



A Anda (Associação Nacional para Difusão de Adubos) divulgou nesta quinta-feira (3) que o setor de fertilizantes calcula ter estoques do insumo para os próximos três meses.

A entidade representa um segmento diretamente afetado pela guerra na Ucrânia: a Rússia é um dos principais fornecedores internacionais do produto e origem de boa parte das importações utilizadas pelo agronegócio nacional. Com a eclosão do conflito, a tendência é que a oferta dos produtos diminua no mercado global –com consequências sobre o preço.

“A Associação Nacional para Difusão de Adubos la-

menta o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e reforça que é prematuro avaliar em profundidade os possíveis impactos ao agronegócio brasileiro”, disse a Anda, em nota.

“A entidade esclarece que o Brasil possui atualmente estoque de fertilizantes para os próximos três meses, de acordo com dados de agentes de mercado”.

A Anda afirmou ainda que o estoque atual de fertilizantes “encontra-se acima da média dos anos anteriores”. Segundo a associação, atualmente o Brasil importa anualmente cerca de nove milhões de toneladas de insumos para fertilizantes do Leste Europeu, cerca de 25% do total das compras no exterior.

A Anda também declarou que está atenta ao fornecimento de cloreto de potássio, uma vez que duas milhões de toneladas desse insumo “já estavam comprometidas com as sanções anteriores” a Belarus.

“É a atenção justificada-se, dado que 3 milhões de toneladas de cloreto de potássio têm como origem a Rússia”, disse.

No mesmo comunicado, a Anda disse que também demandam atenção os fertilizantes nitrogenados, em especial o nitrato de amônio. Esse produto é importado em volume expressivo da Rússia.

Os fertilizantes fosfatados possuem menor dependência do Leste Europeu, “o que atenua os impactos de abastecimento para a safra atual”.

Ricardo Della Coletta/Folhapress